



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE COMUNICAÇÃO**  
**PRODUÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA**

**DANIELE PEREIRA CANEDO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E GESTÃO DA CULTURA:**  
**ESTUDO DE CASO DE CANAVIEIRAS**

Salvador  
2005

DANIELE PEREIRA CANEDO

**POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E GESTÃO DA CULTURA:  
ESTUDO DE CASO DE CANAVIEIRAS**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Produção em Comunicação e Cultura, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Gisele Nussbaumer

Salvador  
2005

## **A**

Antonia e Creuza, minhas avós.

Auzeni Canedo, minha mãe.

Maria Cláudia (*in memoriam*), minha madrinha.

Minhas grandes heroínas.

## AGRADECIMENTOS

### A

Daniel e Auzeni, meus pais, por tudo que sou e ainda quero ser. Vocês são o meu baluarte de proteção e a fonte da minha força.

Gisele Nussbaumer, minha orientadora, pela paciência e dedicação com as quais me guiou em tantas descobertas.

Marcelle e Gleisy, irmãs tão amadas, por compreender e relevar.

Prefeitura Municipal de Canavieiras, pela receptividade e apoio, e, em especial, a equipe da secretaria da cultura, que me estimulou a amar ainda mais essa cidade.

Thaiane, Isabela, Bruna, Amanda, Janira e Grazielle, por tudo que compartilhamos e construímos durante estes cinco anos de formação universitária que, com certeza, durará por toda a vida.

Falcão, Larissa e Rassana, pela grande amizade e companheirismo diário, fundamentais para a elaboração deste trabalho.

Lucas, por tanto carinho e dedicação.

Aos professores da Faculdade de Comunicação, grandes mestres, com os quais aprendi a amar e acreditar na minha profissão.

Todos os parentes e amigos que fizeram parte deste processo de formação universitária e que torceram por mim, vencendo as barreiras da distância.

**A todos, muito obrigada.**

“Foi o mundo da cultura que primeiro aceitou o desafio de mudar.  
De criar um outro Brasil. Sem pobreza e sem arrogância dos ricos,  
sem miséria definitivamente. É pela brecha da cultura que  
poderemos dar o salto do reencontro do país com sua cara.  
Um Brasil totalmente simples, mas radicalmente humano.  
O que importa é alimentar gente, educar gente, empregar gente.  
E descobrir e reinventar gente é a grande obra da cultura”.

Herbert de Souza

## RESUMO

Esta monografia tem como foco central de análise as políticas públicas e a gestão da cultura em âmbito municipal. Inicialmente, desenvolve-se uma reflexão sobre as dimensões da cultura; os diversos aspectos da contemporaneidade que interferem na sua gestão; as políticas culturais, as leis de incentivo e a política de eventos hoje vigente; assim como sobre a importância de uma gestão da cultura que adote políticas voltadas para a democracia cultural e a inclusão social. Em seguida, realiza-se um estudo de caso da cidade de Canavieiras, no sul da Bahia, descrevendo-a em seus aspectos históricos, geográficos, econômicos e turísticos; e analisando-a a partir dos segmentos, equipamentos, atividades e manifestações culturais que nela se fazem presentes e se destacam. Por fim, apresenta-se algumas propostas para uma gestão mais democrática da cultura no município, que incentive a participação efetiva de toda a população. Isso, através da formação de agentes culturais, da constituição de um Conselho Municipal de Cultura, da realização de um mapeamento cultural, do desenvolvimento de ações descentralizadas e de uma gestão integrada.

**Palavras-chave:** Políticas Culturais; Gestão Cultural; Democracia Cultural.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1. CULTURA: A GESTÃO DE POLÍTICAS.....	10
1.1    As Dimensões da Cultura.....	10
1.2    A Cultura na Contemporaneidade.....	13
1.3    Políticas Públicas de Cultura.....	15
1.4    Incentivos Fiscais.....	22
1.5    Política de Eventos.....	27
1.6    Democracia Cultural e Inclusão Social.....	29
1.7    A Gestão Municipal da Cultura.....	33
2. GESTÃO DA CULTURA – ESTUDO DE CASO DE CANAVIEIRAS.....	38
2.1    A Cidade.....	38
2.2    Aspectos Geográficos, Econômicos e Turísticos.....	39
2.3    Análise da Situação.....	45
2.3.1    Calendário Cultural.....	46
2.3.2    Equipamentos Culturais.....	49
2.3.3    Manifestações Populares.....	49
2.3.4    Artesanato.....	52
2.3.5    Músicos e Grupos Musicais.....	54
2.3.6    Teatro e Dança.....	56
2.3.7    Literatura e Artes.....	57
3. PROPOSTAS DE GESTÃO CULTURAL PARA A CIDADE.....	59
3.1    Formação de Agentes Culturais.....	59
3.2    Conselho Municipal de Cultura.....	60
3.3    Mapeamento Cultural.....	61
3.4    Ação Cultural Descentralizada.....	62
3.5    Gestão Integrada.....	62
3.6    Casa de Cultura do Município.....	63
CONCLUSÃO.....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67

## INTRODUÇÃO

Quando a maioria dos calouros começa o curso de graduação em “Produção em Comunicação e Cultura”, oferecido pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, o objetivo é, em geral, se capacitar para trabalhar na elaboração e execução de projetos culturais. Para esses jovens, cultura está estritamente relacionada com arte, lazer e entretenimento, de modo que a concepção vigente é a de que a formação universitária deve prepará-los para elaborar projetos, captar recursos e gerir instituições e atividades artísticas, seja nas áreas de artes plásticas, cinema, dança, fotografia, música, teatro ou televisão. A realização profissional dependeria, então, da capacidade desses projetos de difundir a cultura, obter sucesso de público e visibilidade midiática.

No entanto, ao longo do curso os horizontes teóricos vão se ampliando, e uma leitura mais específica possibilita a percepção de outras concepções de cultura, nas quais se vislumbra uma cultura relacionada não apenas com o universo artístico, mas envolvida, também, com valores, práticas cotidianas, símbolos, interação social e tudo que o indivíduo apreende e acredita no entorno de sua realidade. Por estas razões, a cultura pode exercer um importante papel no desenvolvimento das comunidades, principalmente as mais carentes.

Nesta dimensão mais alargada, todos os indivíduos, e não apenas os artistas, são sujeitos e produtores da cultura, e, por isso, devem ser o foco de atividades e projetos da administração pública. Através de uma política cultural que tenha como objetivo a construção da cidadania e a inclusão social, os indivíduos podem aprender novos ofícios, despertar uma sensibilidade artístico-cultural e participar ativamente nos projetos comunitários, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

Ao se deparar com essa visão mais ampla da cultura, o estudante universitário pode se perguntar se a função de um produtor cultural, formado por uma universidade pública, pode ir além da produção de projetos culturais. Sim, este profissional pode ter uma importante função na elaboração de políticas públicas voltadas para a cidadania cultural.

Nas prefeituras do interior da Bahia predomina uma visão mais estreita do conceito de cultura. Isto porque, em regra, os gestores municipais, já marcados por uma concepção política que relega a cultura a um segundo plano em suas administrações, nomeiam para gerir as secretarias municipais de cultura pessoas que possuem limitada capacidade teórico-profissional para os ofícios aos quais se propõe. Artistas, intelectuais ou empresários do ramo turístico ou do entretenimento recebem, normalmente, a função de gerir a cultura. O que pode ser observado é que a maioria das prefeituras não possui nenhum tipo de política cultural e voltam suas ações para a realização de festas e eventos. Falta uma visão mais ampla acerca da importância da cultura na vida cotidiana e na formação social dos indivíduos. Por isso, optamos por desenvolver um trabalho monográfico tendo como foco de análise as políticas públicas e a gestão municipal da cultura.

No primeiro capítulo, “Cultura: a gestão de políticas”, buscamos nos principais estudiosos da área o embasamento teórico que nos capacitasse para analisar a administração da cultura no âmbito municipal. Começamos definindo cultura sob as dimensões sociológica e antropológica. Depois, ressaltamos algumas das principais características da sociedade contemporânea, que devem ser levadas em consideração ao se pensar em políticas culturais, como a globalização, o capitalismo e a convergência tecnológica. Procuramos ainda definir o que é política cultural e apresentar as principais políticas que foram aplicadas no decorrer da história. Em seguida, nos detemos em uma das principais formas de apoio público à cultura no Brasil – as leis de incentivo fiscal. Na seqüência, destacamos os aspectos positivos e negativos das administrações voltadas essencialmente para a organização de festas e eventos, além de abordarmos os benefícios das gestões preocupadas com a democracia cultural. Por fim, salientamos a importância de uma política de cidadania cultural nos municípios. É nesta esfera que o poder público está mais próximo das necessidades e pressões da população.

No capítulo dois, realizamos um estudo de caso sobre as políticas públicas e a gestão da cultura no município de Canavieiras, no sul da Bahia. A cidade foi escolhida por diversos

fatores. O principal deles é a contradição evidenciada numa cidade com forte potencial turístico e uma rica cultura local, que a princípio poderia fomentar a economia e uma intensa produção artístico-cultural, mas que, ao passar por uma crise econômica, não consegue capitalizar esses atrativos e converte-los em benefícios para a população carente. Através de pesquisa realizada entre os dias 16 e 28 de fevereiro, procuramos ouvir representantes dos diversos setores da sociedade para entender as demandas da cultura local. Também realizamos um diagnóstico da situação, que inclui comentários acerca do calendário cultural, dos equipamentos de cultura e das expressões artísticas do município.

Por fim, no terceiro e último capítulo, desenvolvemos algumas propostas para uma gestão cultural mais democrática no município de Canavieiras, que incentivem uma maior participação de toda a comunidade na esfera da cultura. Destacamos a necessidade de investir na capacitação de agentes culturais, na integração das secretarias de governo em projetos comuns e na realização de um mapeamento cultural, entre outras propostas.

## 1. CULTURA: A GESTÃO DE POLÍTICAS

### 1.1. As Dimensões da Cultura

A visão que um governante tem do que é cultura influi decisivamente no direcionamento que dará à gestão cultural. Por isso, antes de começarmos a discutir sobre políticas e gestão cultural, acreditamos que seja necessário apresentarmos algumas categorizações e visões acerca da cultura. Isaura Botelho (2001) defende a importância de uma distinção entre cultura no plano sociológico e antropológico para que se possa pensar estrategicamente as políticas culturais. Para a autora, a separação entre estas duas dimensões permite entender a preocupação constante e, ao mesmo tempo, os impasses dos gestores de políticas culturais públicas.

A distinção entre as duas dimensões é fundamental, pois tem determinado o tipo de investimento governamental em diversos países, alguns trabalhando com um conceito abrangente de cultura e outros delimitando o universo específico das artes como objeto de sua atuação. A abrangência dos termos de cada uma dessas definições estabelece os parâmetros que permitem a delimitação de estratégias de suas respectivas políticas culturais. (BOTELHO, 2001, p.2)

Começaremos pela dimensão sociológica, onde a cultura é entendida em sua relação estrita com o universo artístico. Neste caso, cultura é tudo o que é arte e as políticas culturais devem se preocupar com as demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas que possibilitarão que o fazer cultural se realize. Segundo Botelho, a visão sociológica da cultura não se dá no plano da vida cotidiana do indivíduo, mas sim em âmbito especializado, no circuito organizado: “é uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão” (2001, p.2). Para que a dimensão sociológica se realize, ela depende de um

conjunto de fatores que propiciem condições de desenvolvimento e de aperfeiçoamento de seus talentos, da mesma forma que depende de canais que lhe permitem expressá-los.

Por ser restrita ao mundo artístico, a cultura na dimensão sociológica deixa de lado os modos de uma coletividade, seus valores e rotinas. Hamilton Faria identifica esse modo de compreensão da cultura como o problema de algumas políticas de cultura vigentes:

As leis culturais, por exemplo, têm trabalhado com um conceito restrito de cultura e, portanto, voltam-se principalmente aos produtores artísticos e se esquecem das práticas cidadãs, da construção da esfera pública, dos valores, dos comportamentos, das práticas cotidianas e modos de vida (2003, p.35).

Este modo de ver a cultura vai de encontro à definição dada pela UNESCO, conforme as conclusões da Conferência Mundial sobre Políticas Culturais. Nesta definição, a cultura é entendida como um “conjunto de características espirituais, materiais, intelectuais e afetivas distintas, que caracterizam uma sociedade ou um grupo social” (BRANT, 2003, p.3). Esta concepção abarca, além das artes e das letras, “os modos de vida, os sistemas de valores, as tradições e as crenças” (*idem*).

Na dimensão antropológica, a cultura passa a ser vista como tudo o que compõem o homem enquanto indivíduo inserido em uma sociedade, com todos os elementos que identificam e diferenciam um grupo social do outro. Neste sentido, “cultura é o modo pelo qual os homens criam símbolos, valores, práticas, comportamentos e sentidos” (MAMBERTI, 2003, p. 15). Faria também defende uma compreensão mais ampla da cultura. Para o autor, ao se pensar a cultura deve-se extrapolar a relação com o mundo artístico-cultural, deve-se compreender “a cultura de forma alargada, como arte, pensamento, imaginário, valores, etc., ou seja, no seu sentido mais amplo” (2003, p.35).

Os hábitos que os pais passam para os filhos, a educação formal, as crenças, os sotaques, ou o lado em que está o volante no carro, todos esses aspectos da vida cotidiana compreendem a cultura de uma sociedade. Na dimensão antropológica, a cultura se produz “através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas” (BOTELHO, 2001, p.2).

Para muitos autores, essa visão ampla da cultura é fundamental para o processo de elaboração de políticas públicas que tenham por objetivo o desenvolvimento sócio-cultural de comunidades. Néstor Garcia Canclini (1987) afirma que uma compreensão antropológica da cultura possibilita perceber sua importância como parte da formação social e política da sociedade.

Ao se conceber a cultura – em um sentido mais próximo da acepção antropológica – como um conjunto de processos onde se elabora a significação das estruturas sociais, reproduzindo-a e transformando-a mediante operações simbólicas, é possível vê-la como parte da socialização das classes e dos grupos na formação das concepções políticas e no modo em que a sociedade adota em diferentes linhas de desenvolvimento (CANCLINI, 1987, p.25 ).<sup>1</sup>

Também Marilena Chauí ressalta a necessidade de alargar o conceito de cultura, tomando-o no sentido de invenção coletiva de símbolos, valores, idéias e comportamentos, “de modo a afirmar que todos os indivíduos e grupos são seres culturais e sujeitos culturais” (1995, p. 81). Desta forma, não restringimos a cultura e o fazer cultural aos artistas. Antes, a identificamos nos indivíduos e em suas comunidades.

Entretanto, cabe questionar se uma visão da cultura que abarque todos os sentidos da vida cotidiana pode ser objeto de políticas públicas? Para Botelho as políticas culturais que partem do pressuposto de que “cultura é tudo” podem acabar reduzidas ao plano teórico, devido às limitações que impedem sua aplicação, como a necessidade de disputar recursos com áreas consideradas prioritárias, como saúde. Principalmente nos países de Terceiro Mundo, que possuem diversas carências sociais e econômicas, as políticas culturais podem aparecer nos discursos políticos, apenas, como artifício na busca de votos. Segundo a autora,

Para que a cultura, tomada nessa dimensão antropológica, seja atingida por uma política, é preciso que, fundamentalmente, haja uma reorganização das estruturas sociais e uma distribuição de recursos econômicos. Ou seja, o processo depende de mudanças radicais, que chegam a interferir nos estilos de vida de cada um. (BOTELHO, 2001, p.2 )

---

<sup>1</sup> “Al concebir la cultura – en un sentido más próximo a la acepción antropológica – como el conjunto de procesos donde se elabora la significación de las estructuras sociales, se la reproduce y transforma mediante operaciones simbólicas, es posible verla como parte de la socialización de las clases y los grupos en la formación de las concepciones políticas y en el estilo que la sociedad adopta en diferentes líneas de desarrollo”.

## 1.2 A Cultura na Contemporaneidade

Ao se pensar na elaboração de políticas na área da cultura, é de suma importância levar em consideração a situação sócio-econômica da atualidade. Albino Rubim salienta que a contemporaneidade é vivenciada como “uma sociabilidade subjugada ao modo de vida capitalista” (2003, p.91). Por isso, o autor afirma que “a pertinência das políticas culturais depende de sua capacidade de amoldar-se à atualidade e considerar novos desafios” (*idem*).

Segundo Rubim, a globalização é o primeiro desafio à gestão cultural na contemporaneidade. A cada dia, a vida econômica de uma sociedade está mais globalizada, ou seja, mais dependente de fatores externos. Com isso, as desigualdades sociais só tendem a crescer. No campo político, deve-se pensar na emergência de novos atores, como as ONGS e mesmo a sociedade civil, que passam a ter uma forte atuação nos projetos de desenvolvimento social. Essas novas instituições podem servir como parceiras na aplicação das políticas públicas, sem que isso signifique abrir mão da presença do poder público. Outro aspecto da contemporaneidade é a mundialização da cultura, com suas gigantescas indústrias culturais e o debate da diversidade contemporânea das fontes identitárias, não mais circunscritas às modernas identidades de nação e de classe social. Também se deve levar em conta a conversão da cultura em lazer, entretenimento. Sob este estigma, a cultura, o lazer e o turismo conformam um amálgama poderoso.

Há ainda a questão da prevalência do discurso neoliberal como “pensamento único” e a conseqüente imposição de valores hegemônicos. Por último, mas não menos importante, o autor acrescenta a convergência tecnológica entre comunicação, telecomunicações e informática, que transformam as mídias em estrutura e ambiente da sociabilidade. As facilidades desta junção estão ao alcance de parte da população: telefones celulares cada vez mais modernos, que permitem o envio de imagens e textos instantâneos a qualquer distância; e a internet, com seus sites, blogs e, por último, o orkut e outras ferramentas com a mesma finalidade – permitir visibilidade rápida e facilitada a qualquer pessoa. Se estamos na era da informação instantânea, uma política cultural deve levar isso em consideração.

Ainda sobre as mudanças que se encontram cada vez mais implicadas com a cultura no século XXI, Cláudia Leitão (2003) destaca a relação entre a cultura e o crescimento do capitalismo; a tendência das sociedades contemporâneas a dedicar uma maior parcela do tempo, antes tomada pelo trabalho, às atividades de lazer e entretenimento; e o processo de globalização que pode articular o local a um mercado mais abrangente – o global (2003, p. 116).

Nesse contexto encontra-se o homem contemporâneo. Dentre os traços que o configuram, podemos salientar dois. O primeiro, diz respeito ao abandono do futuro como pólo orientador da vida individual e coletiva. Se na modernidade a vida individual e coletiva era pensada a partir da idéia de um amanhã a ser construído, que uma vez alcançado recompensaria pela postergação do prazer exigido por aquele objetivo; na contemporaneidade, o futuro cede lugar ao presenteísmo, ao não adiamento do prazer e à valorização da vida vivida como bem de primeira grandeza. O segundo traço é o de que o homem contemporâneo traz como valor privilegiado a diferença, o desgaste da figura da instituição em todas as suas versões – o Estado, a família, a escola, o partido – e o esfacelamento das noções de representação e delegação. Na atualidade, procura-se acomodação com a instituição, mas sem esperar dela a solução de todos os problemas.

A ação cultural na contemporaneidade deve saber lidar com dilemas como a relação entre o local e o global, identidade e pluralidade e tradição e inovação. Também deve buscar novos modos de instituição. É preciso haver uma dosagem entre o dirigismo e o espontaneísmo. Segundo Rubim, deve-se ainda dosar “o grau de estímulo adequado para animar a vida cultural, sem subestimar nem superestimar a dinâmica inerente às manifestações e aos sujeitos culturais” (2003, p.102) . A comunidade, por exemplo, pode se tornar responsável pela organização dos próprios centros de cultura. É necessário reduzir ao máximo a ação direta da burocracia, por meio do esfriamento ou rejeição pura e simples da representação ou delegação. O cidadão individual ou como membro de uma coletividade passa a ser o agente cultural. Ao Estado deve-se reservar o papel de supervisão da ação cultural. Com o destronamento do futuro como valor individual e social, devem-se reduzir os cursos formadores e informadores, comuns aos centros de cultura, e substituí-los por outras atividades de interesse imediato da comunidade.

### 1.3 Políticas Públicas de Cultura

Pode parecer óbvio o lugar de destaque que a cultura ocupa na vida da sociedade contemporânea. Assim, seria de se esperar que os governantes dessem especial atenção a essa esfera, gerindo a cultura de forma orquestrada, baseados em políticas culturais bem delimitadas. Entretanto, esta não tem sido a realidade. Em geral, o tema cultura nem aparece nas plataformas de governo dos partidos políticos. E, quando aparece, está relacionado com uma visão que associa cultura às necessidades de lazer da população, que podem ser atendidas com festas de largo ou shows de renomados artistas da indústria cultural.

José Carlos Durand chama a atenção para esse descaso com a área da cultura nas administrações governamentais:

Correlatamente à falta de clareza e coerência, e à despreocupação com eficácia, os recursos são ao mesmo tempo escassos e mal aproveitados. Com frequência, a fatia da cultura fica muito abaixo do 1% dos orçamentos públicos tal como parece ser considerada a participação mínima razoável do setor na despesa governamental (1996, p.7).

As políticas públicas, ressalta Leitão (2003, p.115), principalmente nos países de “terceiro mundo”, ainda consideram os investimentos na cultura como secundários e de pouco retorno social ou econômico. Esse desinteresse dos governantes pela área cultural decorre do fato de que os administradores públicos consideram que a sociedade possui problemas mais graves e urgentes para serem resolvidos pelos escassos cofres públicos, como saúde, educação e infraestrutura, de modo que os políticos “preferem deixar que as demandas culturais de setores tão pequenos, cujas atividades interessam a minorias e repercutem pouco nos movimentos do eleitorado, sejam resolvidas pela competência entre grupos, tendências e organismos privados” (CANCLINI, 1987, p.13)<sup>2</sup>.

No entanto, é preciso ressaltar que a decisão de investir ou não na cultura não depende da livre escolha dos políticos que ocupam cargos públicos. Esta é uma obrigação das administrações governamentais. Botelho ressalta essa obrigatoriedade quando salienta que

---

<sup>2</sup> “prefieren dejar que las demandas culturales de sectores tan pequeños, cuyas actividades interesan a minorias y repercuten poco en los movimientos del electorado, se resuelvan en la competencia entre grupos, tendencias y organismos privados”.

“junto aos demais setores da máquina governamental, a área da cultura deve funcionar, principalmente, como articuladora de programas conjuntos, já que esse objetivo tem de ser compromisso global do governo” (2001, p.4). Já Sérgio Mamberti vai além, ao lembrar que este compromisso está previsto na Constituição Brasileira:

É dever do Estado, garantido na Constituição, dispor de recursos financeiros para o fomento e a implantação de políticas públicas capazes de incrementar o acesso à criação e à fruição dos bens culturais e o direito à informação, convertendo a cultura no veículo mais eficaz de inclusão social. É fundamental transformá-la em direito à cidadania cultural” (2003, p.17).

Para uma melhor compreensão sobre a necessidade de fomento e implantação de políticas públicas, na esfera da cultura, deve-se, primeiro, definir políticas culturais. Para Canclini, “uma política cultural não pode ser concebida como administração rotineira do patrimônio histórico, ou como ordenamento do aparelho estatal dedicado às artes e a educação” (1987, p.26)<sup>3</sup>. Mais do que isso, uma política cultural deve prever os caminhos que se pretende traçar para possibilitar que as populações criem e desenvolvam suas culturas.

Em seu *Dicionário Crítico de Política Cultural*, Teixeira Coelho prepõe a seguinte definição para política cultural:

Entendida como ciência de organização das estruturas culturais, a política cultural pode ser definida como um ‘programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários, com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas’ (1997, p.293).

Alexandre Barbalho faz diversas críticas a essa definição de política cultural proposta por Teixeira Coelho. A primeira discordância de Barbalho está na relação entre políticas culturais e ciência: “a política cultural é o conjunto de intervenções práticas e discursivas no campo da cultura, e estas intervenções não são ‘científicas’, na medida em que política e cultura não são sinônimos, nem se confundem com ciência” (2005, p.35). O autor continua criticando a idéia de que política cultural se relaciona à “organização das estruturas culturais”. Para ele, ao falar em “organização”, esta proposição parece identificar política com gestão cultural, quando, na realidade, a primeira trata (ou deveria tratar) dos princípios, dos meios e dos fins norteadores

---

<sup>3</sup> “No basta entonces una política cultural concebida como administración rutinaria del patrimonio histórico, o como ordenamiento burocrático del aparato estatal dedicado al arte y la educación”.

da ação e a segunda de organizar e gerir os meios disponíveis para execução destes princípios e fins, “a gestão, portanto, está inserida na política cultural, faz parte de seu processo”. (2005, p.36)

Outra ressalva de Barbalho decorre do fato de que o termo “estrutura” parece situar a política cultural em um âmbito objetivista da cultura. Entendido assim, o conceito não contemplaria o fluxo de símbolos significantes ou dos sistemas de significações que não se materializassem em programas de iniciativas ou intervenções no campo cultural: “em outras palavras, não daria conta dos trânsitos de propostas, conceitos, representações e imaginários que cursam o campo cultural e que muitas vezes não se concretizam em ações práticas” (2005, p.37)

Michel de Certeau explica que a política cultural lida com o “campo de possibilidades estratégicas”, especificando objetivos “mediante a análise das situações” e inserindo “alguns lugares cujos critérios sejam definíveis, onde intervenções possam efetivamente corrigir ou modificar o processo em curso” (*apud* BARBALHO, 2005, p.36). Neste sentido, mais do que uma tarefa administrativa, as políticas culturais devem estimular o debate e o conflito de idéias, a troca de experiências, os comportamentos e sociabilidades urbanas, “caminhos da construção do desenvolvimento humano e de uma cultura que tenha no seu horizonte o direito à vida em todas as suas manifestações” (FARIA, 2003, p.35).

No Brasil, a relação do Estado com a cultura pode ser descrita por quatro modalidades, conforme salientado por Chauí (1995, p.81). A primeira, liberal, identifica cultura e belas- artes, que, na qualidade de artes liberais, são vistas como privilégio de uma elite escolarizada e consumidora de produtos culturais. A segunda modalidade é a do Estado autoritário, que age como produtor oficial da cultura e censor da produção cultural da sociedade civil. A populista, terceira modalidade, manipula uma abstração genericamente denominada de cultura popular, entendida como produção cultural do povo e identificada com o pequeno artesanato e o folclore, isto é, com a versão popular das belas-artes e da indústria cultural. Por último, a modalidade neoliberal identifica cultura e evento de massa, consagra todas as manifestações do narcisismo desenvolvidas pela mídia e tende a privatizar as instituições públicas de cultura deixando-as sob responsabilidade de empresários culturais. Nestas modalidades, a necessidade de encarar a cultura como meio de inclusão sócio-cultural da população é deixada de lado.

Tanto Canclini (1987) como Teixeira Coelho (1997) analisaram algumas políticas de apoio à área cultural que se destacaram no decorrer da história. A mais antiga delas, o mecenato liberal, não pode ser caracterizado como uma política cultural pública e remonta à burguesia da Idade Média. Nesse período, mecenas apoiavam os artistas seguindo ideais de gratuidade e livre criação. Essa forma de promover a cultura ainda existe em países como os Estados Unidos, onde o Estado não é o impulsor predominante da cultura e grandes fundações, empresas privadas ou pessoas físicas apóiam, prioritariamente, a criação e a difusão da chamada “alta cultura”. Na América Latina existem poucos casos de famílias ricas que financiam projetos a seu gosto. Nesse caso, o apoio à cultura não é visto como uma questão coletiva e nem está preocupado com questões estratégicas de desenvolvimento cultural. Os profetas do mecenato liberal afirmam não defender modelos únicos de representação simbólica, nem entendem que é dever do Estado promover a cultura e oferecer opções culturais à população. O apoio à cultura se apresenta como resultado de relações individuais, uma decisão pessoal de financiar certos gastos culturais e eleger a quem se dará o recurso.

Duas outras tendências de aplicação das políticas culturais buscaram expandir o papel do Estado na cultura e estiveram associadas a regimes nacionalistas e desenvolvimentistas. Trata-se de políticas de dirigismo cultural, com objetivos previamente definidos como os de interesse do desenvolvimento ou da segurança nacional. São executadas por Estados fortes e partidos políticos que exercem o poder de modo incontestado.

Na primeira delas, o tradicionalismo patrimonialista, a preocupação está na preservação do patrimônio folclórico como núcleo da identidade nacional. Nesta concepção, em geral de direita, a nação é definida como um conjunto de indivíduos unidos por laços naturais e tradicionais. Por isso, usam a cultura, a sua história, tradições e crenças como forma de legitimar instituições e relações sociais que garantam a essência da nação: a Igreja, o Exército, a Família, a Propriedade. O tradicionalismo patrimonialista não leva em consideração as manifestações culturais presentes das classes populares que não remontam a essa origem idealizada da nação. A consequência é que os setores populares são desestimulados, por falta de projetos políticos, a buscar formas de modificar sua dependência da cultura hegemônica.

A segunda forma de aplicação das políticas culturais ligada aos regimes nacionalistas é o estatismo populista, que identifica como ponto central da identidade nacional o Estado, não o

povo, que é visto apenas como destinatário da ação do governo. A política cultural desta tendência trata de distribuir os bens culturais de elite e manter a cultura popular sob o controle do Estado, de forma a reproduzir as estruturas ideológicas e as relações sociais que legitimam a identidade entre Estado e Nação. O populismo entende o popular como um conjunto de gostos, hábitos “espontâneos” do povo, sem discriminar o que representa seus interesses e o que foi imposto às massas através da educação escolar e dos meios de comunicação. Exige-se das iniciativas populares que se subordinem aos interesses das nações e são desqualificadas quaisquer intenções independentes de organização das massas.

A incidência de uma ou outra política cultural na história da humanidade esteve sempre relacionada a diversos fatores, como a forma de governo. Ditaduras, governos democráticos, socialistas, liberais. Cada um deles entendia o investimento em cultura e a necessidade de formulação de políticas públicas para a área de forma diferente. Essa visão sobre a cultura também evoluiu com o passar dos anos e as mudanças econômicas e sociais enfrentadas pelas nações.

Segundo Teixeira Coelho (1997), os países latino-americanos, por exemplo, conseguiram um desenvolvimento mais diversificado entre as décadas de 60 e 70, o que se refletiu também na cultura. Alguns Estados contribuíram para esse processo criando novos organismos para promover a arte e a educação e iniciaram uma política institucional sistemática na área cultural. No final da década de 70, uma crise econômica internacional se juntou a dificuldades internas e frustrou as expectativas desenvolvimentistas e socializantes. A privatização neoconservadora surge, então, como uma alternativa de reorganização do setor cultural dessas sociedades, segundo as leis de mercado e a necessidade de buscar consenso através da participação individual no consumo. O objetivo chave da doutrina neoconservadora para a cultura era fundar novas relações ideológicas entre as classes e um novo consenso que ocupasse os espaços vazios deixados pelas crises dos projetos anteriores. Para conseguir isso, a principal iniciativa era transferir para as empresas privadas a iniciativa cultural, diminuir o Estado e controlar os setores populares. Com o empobrecimento dos fundos públicos e as exigências de lucratividade impostas pelo sistema econômico, o Estado reduz as ações culturais não-rentáveis e os eventos que não se autofinanciam (linhas experimentais do teatro, da música, das artes plásticas) e concentra a política cultural na promoção de grandes espetáculos de viés massivo.

Depois dessa fase, surge a política de democratização cultural. O objetivo é a distribuição e a popularização da arte, do conhecimento científico e das formas de “alta cultura”. Os defensores desta tendência acreditam que o acesso igualitário de todos os indivíduos e grupos aos bens culturais é a melhor forma de corrigir as desigualdades sócio-culturais. Conforme Botelho, a proposta de democratização da cultura trabalha com dois postulados implícitos: a difusão da cultura erudita e a crença de que “basta que haja o encontro entre a obra e o público (indiferenciado) para que haja desenvolvimento cultural” (2001, p.14).

Em alguns países, os movimentos políticos democratizadores coincidiram com a reorganização comunicacional aberta pelas indústrias culturais: a expansão do rádio, a televisão e a ampliação do mercado de bens “cultos” (venda de discos e livros em supermercados, etc) contribuíram para a democratização, ampliando o conhecimento e o consumo cultural. O paradigma da democratização cultural sofre muitas críticas.

Para Canclini (1987), a democratização, quando consiste em divulgar a alta cultura, implica na definição elitista do patrimônio simbólico, sua valorização unilateral pelo Estado e por setores hegemônicos e pela imposição paternalista ao resto da população. Uma outra crítica do autor ao modelo de difusão cultural reclama que esta política não muda as formas de produção e consumo dos bens simbólicos. Os públicos que costumavam desfrutar dos espetáculos passam a fazê-lo mais vezes, enquanto nas classes que se encontram afastadas da produção cultural, esta relação com a cultura se perpetua:

O distribucionismo cultural ataca os efeitos das desigualdades entre as classes, mas não transforma radicalmente as formas de produção e consumo de bens simbólicos. Isso pode ser confirmado pelo fato de que, nas cidades com maior número de público nos eventos culturais, esses números continuam representando uma minoria procedente das classes média e alta, com educação superior (1987, p.49)<sup>4</sup>.

“Cultura” e “povo” aparecem como entidades distintas e afastadas uma da outra, quase opostas. Botelho critica essa política e ressalta que “não é a redução de preços ou mesmo a gratuidade completa que alterará as desigualdades culturais” (2001, p.14). Ao contrário, a política de subvenção as reforça, pois favorece a parte do público que já detém a informação cultural, as motivações e os meios de se cultivar. “O mesmo fenômeno ocorreu com as casas

---

<sup>4</sup> “La otra objeción se refiere a que el distribucionismo cultural ataca los efectos de la desigualdad entre las clases, pero no cambia radicalmente las formas de producción y consumo de bienes simbólicos. Lo confirma el hecho de que, aun en las ciudades con mayor número de público en los eventos culturales, esas cifras siguen representando a una minoría procedente de los sectores medios y altos, con educación superior”.

de cultura: facilitaram as práticas do público já cultivado, mais do que conquistaram um novo público” (BOTELHO, 2001, p.13).

Ao falar da difusão cultural e do “mito do público apreciador”, Teixeira Coelho é taxativo ao declarar que esta concepção deve ser entendida como propaganda cultural:

Na metrópole, quando os grupos no poder, sob a capa do Estado ou da iniciativa privada, abrem seus teatros e museus “ao povo”, quase nunca pensam em criar condições para esse povo chegar à criação, mas apenas em cultivar novos espectadores e admiradores, quer dizer, novos públicos, novos consumidores (2001, p.10).

Como ressalta Botelho, antes de induzir 100% da população a assistir espetáculos ou visitar museus, como quer a política de democratização cultural, “é preciso oferecer a todos, colocando os meios à disposição, a possibilidade de escolher entre gostar ou não de algumas delas, o que é chamado de democracia cultural” (2001, p.14).

Conhecida como democracia participativa, esta política é defendida, em geral, por partidos progressistas e movimentos populares independentes. Está preocupada com a promoção da participação popular e a organização autogestiva das atividades culturais e políticas. O objetivo é incentivar a criação, buscando o desenvolvimento plural das culturas de todos os grupos em relação com suas próprias necessidades. Aqui, o público é mais do que espectador da cultura. É, ele mesmo, produtor e agente cultural.

O trinômio consumidor-produto-espectador deve ser ampliado para a criação/fruição-processo-participação. Envolver o máximo de pessoas como criadores de cultura a partir dos seus processos deve ser o objetivo vital das políticas públicas, sem negar a qualidade do produto cultural, o consumo e os espectadores. Equilibrar produtos e processos talvez seja uma das finalidades mais difíceis das políticas culturais democráticas. (FARIA, 2003, p.38).

Além das já comentadas políticas públicas aplicadas historicamente, Teixeira Coelho (1997) destaca ainda outras formas de políticas culturais, que podem manifestar-se isoladamente ou em diferentes combinações entre si. Segundo o autor, diante da questão nacional, as políticas culturais podem ser classificadas como: nacionalistas, que privilegiam formas culturais autóctones, sejam de extração popular ou erudita e se apresentam como patrimonialistas e criacionistas; pluralistas, que incluem as manifestações de origem as mais variadas; e

globalizantes, que tendem a não proteger a produção cultural nacional, abolindo as fronteiras e os entraves burocráticos diante da produção internacional mediante a isenção ou redução de impostos sobre a cultura importada e eliminação dos subsídios aos produtores culturais locais.

Já em relação aos seus circuitos de intervenção, o autor registra que as políticas podem ser: relativas ao mercado cultural, que fornecem apoio aos setores de produção, distribuição e consumo da cultura e se relacionam com a atuação da iniciativa privada, por exemplo, através de incentivos fiscais e regras de mecenato; relativas à cultura alheia ao mercado cultural, que privilegiam modos culturais não inseridos no mercado, tanto na produção material quanto nos objetivos ou recompensa dos criadores e incluem programas voltados para a defesa, conservação e difusão do patrimônio histórico; relativas aos usos da cultura, que criam condições para que as pessoas desfrutem dos modos culturais à sua disposição, como receptores informados ou criadores preocupados em manifestar-se culturalmente, incluem os modos não comerciais e as atividades de iniciação e compreensão da cultura; e políticas relativas às instâncias institucionais de organização dos circuitos culturais, que cuidam da organização administrativa da cultura, definindo a estrutura de funcionamento dos órgãos públicos, institutos e instituições culturais.

#### **1.4 Incentivos Fiscais**

O mecanismo de apoio à cultura através das leis de incentivo fiscal, que permitem a iniciativa privada descontar do imposto de renda devido o investimento em projetos culturais, se baseiam na ação de três atores sociais essenciais. O produtor cultural (empreendedor ou proponente) apresenta um projeto para ser aprovado pelo Estado. Este, por sua vez, concede o incentivo e, teoricamente, fiscaliza a execução do projeto e a aplicação dos recursos. A empresa investidora transfere os seus recursos para o produtor cultural, gozando dos benefícios fiscais oferecidos pelo Estado para obter retorno para a sua marca dentro do projeto realizado (CESNIK, 2003, p.101).

A primeira lei de incentivo fiscal à cultura no Brasil surgiu em meados dos anos de 1980, no governo José Sarney, logo após a democratização do País. Para viabilizar a captação de recursos privados para os projetos culturais a legislação exigia, apenas, que a instituição ou o produtor cultural proponente fosse cadastrado pelo Estado. Neste caso, esta era a única

interferência do poder público, ficando as negociações sobre formas de captação ou uso dos recursos a mercê do relacionamento entre os produtores culturais e a iniciativa privada. Durante cerca de quatro anos que esta lei esteve em vigência (1986 a 1990) estima-se que tenha canalizado cerca de 110 milhões de dólares em recursos para apoio às artes e à cultura. A lei Sarney, como ficou conhecida, foi extinta no início dos anos 90, sob acusações de permitir ou facilitar fraudes, embora nada tenha sido provado.

A Lei Rouanet surge então em 1991, em substituição à Lei Sarney. A legislação introduzida pelo secretário de cultura da presidência da República, embaixador Sérgio Paulo Rouanet, trazia, entre outras novidades, a exigência de que, para serem aprovados, os projetos inscritos deveriam ser previamente submetidos ao Estado<sup>5</sup>. Atualmente, depois de algumas modificações, a Lei Rouanet, juntamente com a Lei do Audiovisual, são os maiores pilares da política federal de incentivo à cultura no Brasil.

Já no âmbito estadual, o governo da Bahia criou, em 1996, o Programa Estadual de Incentivo à Cultura – Fazcultura, com o objetivo de “incrementar o desenvolvimento e promover a cultura baiana em parceria com o empresário”<sup>6</sup>. Como mecanismo que possibilita às pessoas jurídicas o financiamento de projetos culturais, o Fazcultura permite o abatimento de até 5% do ICMS a recolher sobre o limite de 80% do projeto a ser patrocinado.

Segundo Durand (1996), no Brasil as leis de incentivo à cultura em vigor conseguem repassar efetivamente apenas entre 10 e 50% dos recursos colocados à disposição pelas empresas. As razões são variadas: projetos sem condições técnicas para serem aprovados, dificuldade para montar comissões de avaliação e encontrar empresas dispostas a acrescentar uma parcela de recursos próprios àquela dos impostos que deixam de recolher. Entretanto, as diversas críticas de produtores e estudiosos da área da cultura acerca do uso das leis de incentivos fiscais como política pública de cultura vão além das questões ligadas aos problemas técnicos e estruturais. O texto abaixo, disponível no site do Fazcultura evidencia a origem dessas críticas ao listar as vantagens que a iniciativa privada obtém ao investir (com recursos públicos) na cultura.

Empresas que investem com regularidade em atividades culturais comprovam o resultado satisfatório do marketing cultural, tanto em termos

---

<sup>5</sup> Moisés, José Álvaro. Os efeitos das leis de incentivo. Disponível em: <<http://www.minc.gov.br/textos/olhar/efeitosleis.htm>>.

<sup>6</sup> Disponível em: <[www.fazcultura.ba.gov.br/](http://www.fazcultura.ba.gov.br/)>

institucionais, como na alavancagem de produtos, fazendo do investimento em cultura um bom negócio. A identidade que as manifestações culturais têm com seus públicos e que por extensão com as empresas que o patrocinam proporcionam ótimos resultados em termos de promoção institucional. O marketing cultural oferece a mais rica gama de opções, no universo simbólico de valores. O empresário pode agregar esses valores à imagem de seu empreendimento ou à marca de seu produto, a depender da estratégia estabelecida. A simples opção de promover o enriquecimento cultural da sociedade tem sido fonte de prestígio indiscutível a pessoas e instituições. Além desse valor intrínseco, a realização de projetos culturais tem um importante papel na geração de emprego e renda<sup>7</sup>.

As críticas se concentram na aplicação da visão neoliberal à cultura, o que Teixeira Coelho (1997, p.299) chama de “política de liberalismo cultural”, ou seja, quando a promoção da cultura deixa de ser um papel essencial do Estado, que transfere esta função para as empresas privadas. Daí decorrem diversos problemas, como o fato de, sob a tutela do setor privado, a cultura ter que ser adaptada às leis de mercado – onde a finalidade de todo e qualquer processo será sempre a geração de lucro. Pierre Bourdieu (*apud* BARBALHO, 2005, p.43) levanta esta questão em seu discurso no Fórum Internacional de Literatura, realizado em Seul em setembro de 2000, colocando que os “profetas do novo evangelho neoliberal” tratam os bens culturais como um produto qualquer submetido às leis do marketing, do mercado e do lucro. Como consequência, eles deixam de lado as especificidades da atividade cultural relacionadas à formação intelectual e subjetiva dos cidadãos.

Para Brant (2003), as leis de incentivo têm contribuído para gerar distorções irreversíveis na relação com o mercado. Empresas recebem apoio do governo para transformar ações culturais em marketing empresarial, contrariando um importante movimento universal em repúdio ao controle da cultura pelas grandes marcas.

A cultura tem sido tratada pelo poder público como se fosse apenas uma mercadoria, restringindo sua importância ao mínimo denominador neoliberal, transformando-se em mero *commodity*. Não se trata de negar a importância econômica do setor cultural, o valor como produto que um disco, um livro ou uma obra de arte têm, tampouco a cadeia produtiva que produtos e eventos culturais sustentam. É preciso, no entanto, inserir o setor em um contexto mais amplo e moderno, essencial para seu entendimento como fator primordial ao desenvolvimento social, ao pleno exercício da democracia e da cidadania (BRANT, 2003, p.3).

---

<sup>7</sup> Idem.

Para conseguir os “ótimos resultados em termos de promoção institucional” prometidos pelo Fazcultura, caracterizando este tipo de investimento como “um bom negócio”, é preciso investir nos projetos certos – aqueles que terão visibilidade midiática e sucesso de público - garantindo o retorno de imagem pretendido pelos patrocinadores. Assim, projetos em áreas tradicionalmente com pouca ou nenhuma repercussão junto aos meios de comunicação e ao grande público, como a música erudita ou os projetos de experimentação de linguagem, de qualquer que seja a área, encontram muitas dificuldades para captar recursos pelas leis de incentivo. Eles não são suficientemente lucrativos para interessar à iniciativa privada. Como resultado, “os criadores passam cada vez mais a ter que adequar suas criações à lógica mercantil” (BARBALHO, 2003, p. 42) RUBIM é taxativo quanto aos possíveis resultados dessa mercantilização. Para ele, deixar a cultura apenas nas mãos da iniciativa privada “significaria ver morrer de inanição um conjunto de áreas da cultura que não interessam ao mercado, pois não têm potencial de gerar lucro ou de ter efeitos de marketing para uma produção de imagem institucional” (2003, p.95).

Como ressalta Faria, com as leis abre-se mão das políticas públicas e “realiza-se cultura com dinheiro público na esfera privada” (2003, p.44). Para investir na cultura através das leis de incentivo, as empresas deixam de pagar os impostos públicos, que poderiam ser usados pelos governantes para realizar ações em diversas áreas de interesse social como a saúde, a educação, infra-estrutura e, inclusive, a cultura. As leis de incentivo colocam a decisão de como usar o dinheiro público sob o controle privado.

As escolhas das empresas, conforme salienta Faria, são sempre baseadas em interesses mercadológicos:

A experiência mostra que as leis culturais serviram principalmente aos interesses de grandes grupos empresariais (empreendedores artísticos, bancos, prestadores de serviços, locadores de mão-de-obra etc.) que realizam a renúncia fiscal para financiar projetos de seu interesse, visando à divulgação de seu produto ou instituição (2003, p.44).

O texto das leis define que não se avaliará o mérito do projeto, mas sua viabilidade técnica e financeira. Então, pouco importa a relação do projeto com as políticas de democratização da cultura. Com isso, as leis acabam dando apoio aos projetos de apelo mercadológico, em vez de disponibilizar o capital em benefício da sociedade. Por exemplo, na Bahia, muito se criticou a aprovação e o incentivo do Fazcultura a grandes blocos de carnaval, como o Camaleão.

Na lógica mercantil, a cultura também fica submetida ao que Milton Santos (*apud* ANDRADE, 2003, p.130) chama de “produtividade espacial”, ou seja, a capacidade que o lugar possui de oferecer rentabilidade aos investimentos. Se analisarmos rapidamente o mapa dos projetos aprovados pelas leis de incentivos federais e dos projetos que conseguiram captar recursos privados, verificaremos que há uma grande concentração geográfica dos investimentos na região Sudeste, mais precisamente no eixo Rio-São Paulo. Segundo Cristiane Olivieri (2004, p.120), entre 1996 e 2000 só a região Sudeste captou o equivalente a 85% dos recursos disponíveis para o financiamento da cultura no País. Se somarmos então as duas regiões mais desenvolvidas economicamente do Brasil – Sul e Sudeste – veremos que juntas elas abarcam 92% das verbas captadas. Na seqüência, está a região Centro-Oeste, com 5% os recursos e empatam, com 1% das verbas captadas, as regiões Norte e Nordeste – justamente as que mais precisariam de apoio governamental e privado para incentivar a produção cultural.

Além disso, muitos autores também criticam a posição do governo que, com a política de incentivos, se considera livre de uma atuação mais efetiva na área. “A lei é um instrumento necessário para dar agilidade às dinâmicas culturais e não para compensar a ausência de recursos e de políticas públicas” (FARIA, 2003, p.45). Para Brant, é preciso cobrar do governo que exerça sua função constitucional de “planejador, regulador e fiscalizador da sociedade, implementando uma política capaz de separar o joio do trigo, listando ações e projetos considerados de interesse público” (2003, p. 10).

Podemos concluir afirmando que, embora as leis de incentivo sejam um importante instrumento para aproximar a iniciativa privada do setor cultural, é preciso levar em consideração alguns fatores. Primeiro, a cultura não pode deixar de constar no orçamento público, mesmo com a existência das leis de incentivo. Como principal política pública de cultura, é preciso que as leis estejam mais próximas do fazer cultural da cidade, apoiando pequenos projetos de interesse comunitário e investindo em processos culturais inovadores e experimentais, que promovam a inclusão cultural na cidade. Além disso, é preciso rever as questões de renúncia fiscal baseadas nas motivações das empresas, para que não mais se privatize a cultura com dinheiro público.

Precisamos de uma lei muito mais vital, que esteja em sintonia com o fazer cultural da cidade, não só artístico, mas que apóie novos valores e práticas, caminhos de uma vida cidadã, cultura experimental, processos culturais inovadores, debates de políticas culturais e de formação (FARIA, 2003, p.45).

## 1.5 Política de Eventos

Da mesma forma que as políticas de incentivo fiscal são mais comuns nas esferas federal e estadual de governo, uma política pública de cultura voltada para a realização de eventos é mais comum nas administrações municipais. Uma política de eventos significa que a gestão da cultura no município orienta as suas ações para a organização de eventos diversos, como festas em comemoração a datas cívicas e religiosas, e shows musicais com artistas renomados. Este tipo de administração da cultura é muito comum nas prefeituras baianas, com seus santos e padroeiros e uma extensa programação de procissões e festas de largo que chegam a durar um mês inteiro. As cidades se mobilizam. As pessoas compram roupas novas e juntam dinheiro para gastar com ingressos, comidas e bebidas durante as festas. Para quem está morando fora da cidade, esse é o momento ideal de retornar e passar férias na terra natal. Os moradores das cidades vizinhas também se organizam para visitar a cidade durante os dias de festa. Quanto às atrações, quanto mais famosos e representativos dos símbolos midiáticos, mais a festa será considerada um sucesso. Alguns prefeitos chegam a pagar cachês elevados para levarem artistas da televisão (se forem globais, então, melhor ainda) para prestigiar o evento. Só é preciso aparecer um dia ao lado das principais lideranças políticas locais.

Realizar grandes eventos, trazendo artistas consagrados para a cidade, aumenta a popularidade dos prefeitos para a opinião pública e, portanto, aumenta também sua força político-eleitoral. Os modelos tradicionais apelam para uma política de eventos que se resume a apresentar a mesmice da indústria cultural e dos meios de comunicação (FARIA, 2003, p. 39).

A política de eventos recebe críticas devido ao caráter efêmero de suas ações. Para Faria (2003), essa política cultural agrada a população, educada pela lógica do entretenimento fácil e descompromissado, mobiliza recursos e patrocinadores, mas não aumenta a sensibilidade e o repertório artísticos e não desenvolve valores culturais universais ou da comunidade. De certo, para educar e possibilitar uma inclusão sócio-cultural é preciso mais do que festas. É

fundamental o desenvolvimento de projetos que incentivem a participação e o fazer cultural da população.

Canclini (1987) afirma que não se mudam hábitos culturais através de ações pontuais, mas sim através de programas sistemáticos que possam interferir nas causas estruturais das desigualdades econômicas e sociais. Para o autor, uma política cultural democratizadora deve começar na escola, desde a educação primária, quando se forma a capacidade e a disponibilidade para se relacionar de forma consciente com os bens culturais e deve ser capaz de difundir, além das atividades e objetos artísticos-culturais, os recursos subjetivos necessários para apreciá-los e incorporá-los. Desta forma, uma política de eventos estaria deixando de lado as possibilidades de desenvolvimento que a cultura pode proporcionar para a população.

No entanto, se, por um lado, a política de eventos é criticada por oferecer à comunidade momentos culturais que nada deixam semeado e que se transformam em saída para o chamado atendimento de balcão, sob a perspectiva da pós-modernidade ela pode ser vista com outros olhos. A realização de eventos, por mais isolados que sejam uns dos outros, pode ser significativa e estimulante, tanto para os indivíduos em suas necessidades consumistas e em suas pretensões criadoras quanto para a dinâmica cultural como um todo. Teixeira Coelho concorda com este argumento alegando que a atenção provocada por um evento, um acontecimento fora do comum, que quebra a rotina cotidiana, pode ter um alcance multiplicador tão ou mais importante que os efeitos de políticas culturais tradicionais:

Uma política cultural, no seu sentido específico, deve compreender atividades continuadas, que prolonguem seus efeitos no tempo e no espaço, mas deve ser capaz de prever intervalos “vazios” a serem preenchidos por eventos, que, por sua singularidade, têm o poder de irrigar, com a força de um impacto de variada natureza, o tecido cultural formal e a constelação informal de produtores e consumidores (COELHO, 1997, p. 301).

O autor cita como exemplo a promoção de cursos de capacitação cultural. Embora esses cursos possam atender a necessidades profissionais específicas de uma comunidade, por estarem orientados para uma eventual consecução futura de suas propostas, a serem alcançadas quando as metas do curso forem alcançadas, “tendem a ser postos de lado por uma comunidade que cada vez mais quer ser atendida agora em suas necessidades e desejos culturais” (1997, p.301). Outra vantagem da política de eventos é exatamente o fato de ser

temporária, eventual. Assim, não fica submetida aos interesses e prioridades adotadas por cada nova gestão político-partidária.

Para Faria (2003), não se trata de negar o evento, mas de contextualizá-lo nas políticas públicas para que possam contribuir para a qualidade de vida cultural e para o desenvolvimento humano nas cidades. Ou seja, a política de eventos é positiva, desde que não seja a única forma de atuação cultural da administração pública.

## **1.6 Democracia Cultural e Inclusão Social**

Por volta de 1945, Mário de Andrade já defendia a necessidade da classe artística extrapolar em suas obras as preocupações com os próprios projetos ou com o próprio mundo e seguir no caminho de uma arte-ação, que se ofereceria como instrumento de mudança estética e social. Segundo Teixeira Coelho, este desejo de “fazer da arte e da cultura, instrumentos deliberados de mudança do homem e do mundo permaneceu - sob o novo rótulo de ação cultural” (2001, p.7)

A necessidade de uma gestão cultural que vá além do entretenimento é evidente quando se pensa nos jovens e, “enquanto uns querem fazer da cultura um espetáculo, pago ou gratuito, outros começam a usá-la para tirar os jovens das ruas e da violência e oferecer-lhes uma alternativa para a tv” (COELHO, 2001, p.10) A sociedade contemporânea é obcecada pelos meios de comunicação, que ditam o que é moralmente certo ou errado, os costumes, modos de falar, hábitos alimentares, moda, ou seja, quase todos os aspectos da vida. Atualmente, os adolescentes tem acesso, através da TV, a estilos de vida que evidenciam, entre outros valores, o materialismo e o consumismo.

É preciso usar a cultura como meio para a construção da cidadania, valorização das raízes, da história, pois é um povo que se respeita e se reconhece que vai construir um país melhor no futuro. Para FARIA, esta responsabilidade pode ser assumida pelas políticas culturais:

Como resgatar o rosto de uma localidade frente à homogeneização promovida pela mídia irresponsável e pela ideologia do pensamento único? As políticas culturais têm responsabilidade sobre as cidades e regiões, frente ao processo de mercantilização da vida cotidiana que transforma tudo em produto, inclusive a alma (FARIA, 2003, p. 37).

Essas políticas devem ser elaboradas pensando em garantir à população o direito ao acesso e fruição dos bens culturais por meio de serviços públicos. Mas, além disso, devem possibilitar que todo habitante da cidade se reconheça como sujeito cultural, graças à ampliação do sentido da cultura. Devem também incentivar a participação de todos na criação e nas esferas de decisões públicas sobre a cultura, por meio de conselhos e fóruns deliberativos, garantindo uma política cultural distanciada dos padrões do clientelismo e da tutela. Conforme Chauí, a política de “animação cultural” deve ser “substituída pela ação cultural das comunidades, dos movimentos sociais e populares”. (1995, p.84)

A democracia cultural ou participativa defende a existência de múltiplas culturas em uma mesma sociedade, propicia o seu desenvolvimento autônomo e relações igualitárias de participação a cada indivíduo em cada cultura, respeitando a cultura dos demais. Visto que não existe uma só cultura legítima, a política cultural não deve dedicar-se a difundir somente a cultura hegemônica, mas sim, promover o desenvolvimento de todas as que sejam representativas dos grupos que compõem uma sociedade. As ações terão como foco a promoção das formas culturais de todos os grupos sociais, segundo as necessidades e desejos de cada um, incentivando os modos de autogestão das iniciativas culturais. Para Botelho, o princípio orientador da democracia cultural é esse, “favorecer a expressão de subculturas particulares e fornecer aos excluídos da cultura tradicional os meios de desenvolvimento para eles mesmos se cultivarem, segundo suas próprias necessidades e exigências” (2001, p.13)

Esta concepção não é contrária a ações pontuais, mas privilegia ações com sentido contínuo, contra o autoritarismo, o paternalismo e o dirigismo. Com o objetivo de transmitir conhecimentos e desenvolver a sensibilidade, procura melhorar as condições sociais para desenvolver a criatividade coletiva. Conforme explica Canclini (1987), a democracia sociocultural é, sobretudo, um projeto de movimentos e grupos alternativos, cujo crescimento é um signo forte da renovação na cena política. Segundo o autor, esses movimentos tem conseguido, mais que outras organizações, socializar a ideologia democrática, antes restrita às elites e à classe média, entre as classe populares, e também tem conseguido certo reconhecimento geral da sociedade e dos partidos aos direitos destas classes a ter relações democráticas e iniciativas políticas em áreas das quais sempre foram excluídos.

Faria (2003) destaca as principais diferenças existente entre políticas públicas de cultura tradicionais e políticas para a cidadania cultural. Nas políticas tradicionais, a missão da gestão cultural é promover a superação de exclusões e desajustes e da distância entre os culturalmente integrados e os excluídos. Para isso, o Estado deve oferecer a todos o acesso à vida cultural e estimular a criação e difusão da arte “cultura”, erudita ou legitimada pela indústria cultural. Em relação à população, a preocupação está na formação de platéias e consumidores e nas ofertas destinadas a esse público, que se torna especializado e interessado. Os sujeitos culturais são os artistas, grupos étnicos tradicionais, folclóricos, manifestações e movimentos culturais aceitos pela comunidade e as decisões sobre as políticas culturais são centralizadas nos governos e instituições. Daí, a construção de uma esfera pública estatal. A cultura é definida pela burocracia estatal das secretarias de cultura, que quase não mantém relações com outras secretarias. Os “templos culturais” são os lugares mais importantes para a realização da cultura.

As políticas públicas para a cidadania cultural trabalham com conceitos mais alargados de cultura: obras do pensamento, obras de arte, valores, imaginários, comportamentos, crenças, institucionalidades, práticas cotidianas, modos de vida. Por isso, a missão delas é estimular a autonomia dos grupos culturais e facilitar os canais de comunicação entre eles e com o poder público. O Estado deve dar apoio às diversas manifestações clássicas, ancestrais e contemporâneas, populares e eruditas, profissionais, experimentais, consagradas e emergentes e reconhecer dinâmicas novas ou inovadoras de grupos culturais, comunidades, jovens, movimentos sociais, artísticos, religiosos, étnicos, de gênero. O público é sujeito e ator da cultura e a preocupação está na formação de praticantes, criadores e agentes culturais. As ações culturais contam com ampla participação cultural e estão enraizadas na comunidade – e é através da participação que se concretiza o direito à cultura. As decisões sobre as políticas culturais são partilhadas através da criação da esfera pública não-estatal, por meio de diálogos interculturais entre Estado, secretarias de governo, sociedade e organizações não-governamentais. As atividades culturais acontecem mais próximas de onde vivem as pessoas, nos seus espaços de origem, buscando a descentralização da ação cultural.

É claro que, ao se pensar uma administração da cultura que influencie a vida cotidiana e incentive tão ampla participação popular, não se pode querer acreditar que este trabalho será fácil e rápido. Uma política de democratização do acesso à cultura tem de ser pensada em longo prazo, pois a construção de um capital cultural requer tempo para ser acumulado e

também depende da bagagem cultural herdada dos pais. Este trabalho não vai se resumir a uma gestão administrativa. Além disso, nenhuma política que tenha como lema a democratização do acesso à cultura poderá produzir resultados sensíveis se for considerado isoladamente – o sistema escolar, embora não seja o único determinante, é a ferramenta mais acessível de construção e alimentação de um capital cultural. Também se faz necessário a participação de todos para ser realizado. É preciso unir os poderes públicos e a sociedade num diálogo sobre o fazer cultural do município. Para isso, os governantes precisam aprender a lidar com a participação. Em geral, os políticos não estão acostumados com opiniões que vão de encontro aos seus planos de governo e quando alguém critica certos aspectos da política cultural é visto como opositor, que quer ver a gestão fracassar. Faria comenta essa dificuldade dos governantes de estar aberto à interlocução:

Alguns governos não têm sequer convocado os conselhos municipais de cultura, instrumentos de democratização das políticas e da vida cultural das cidades. A formação da política cultural acontece entre os muros das secretarias, centralizando-se em governos e instituições sem interlocução pública (2003, p. 43).

A maioria dos políticos ainda não reconhece o valor do debate público sobre o fazer cultural, constituindo uma esfera pública não-estatal da cultura. Não estão dispostos a realizar um mapeamento ou uma pesquisa, de forma a ouvir o público, tentando entender suas demandas e prioridades. Em geral, as políticas culturais são administradas pelas elites das cidades, que pensam como elites e, por isso, privilegiam os aspectos culturais que lhes parecem prioritários. É evidente que as necessidades culturais das elites municipais não podem ser confundidas com as necessidades do povo, que precisam ser incluídos no fazer cultural. É preciso descentralizar a ação cultural. Como vimos anteriormente, o apoio cultural que o povo precisa está muito além do entretenimento. Mais do que pagar para um grupo folclórico se apresentar em um evento da cidade, a gestão cultural democrática deve buscar formas de preservar e transmitir essas manifestações aos mais novos, buscando formas de capacitar seus gestores para a manutenção da manifestação.

É necessário compreender que o acesso à cultura universal deve ser combinado com a valorização dos processos criativos dos grupos e movimentos culturais da comunidade, para que sua experiência, o seu saber e sua visão do mundo interpenetrem o tecido social e gerem uma nova qualidade de vida, diferente da aridez da modernidade impulsionada por uma ética homogeneizante e pouco pluralista, materialista e produtivista. A presença dos grupos culturais na vida comunitária junta novos fios desse

tecido invisível da cultura e lança novas luzes sobre um mundo que parece ter perdido a capacidade de encantar-se (FARIA, 2003, p.42).

Como ressalta Faria, incentivar a participação significa fortalecer atores culturais autônomos, educá-los para a responsabilidade urbana, muni-los de recursos para suas atividades e sobretudo, confiar em sua capacidade criativa. “É urgente, mesmo nos pequenos municípios, que os governos e movimentos localizem sua atuação e se enraízem na comunidade a partir do estímulo à ação cultural descentralizada” (2003, p.41).

## 1.7 A Gestão Municipal da Cultura

A gestão pública deveria considerar a cultura em sua dimensão antropológica, melhorando a qualidade de vida do cidadão. Assim, orientaria suas ações visando a fornecer as condições para que cada pessoa participe ativamente da criação e, também, da gestão da cultura. Neste sentido, como cultura é a expressão das relações de cada indivíduo com seu universo mais próximo, as políticas públicas deveriam ser tratadas prioritariamente no âmbito municipal, pois “a ação sociocultural é, em sua essência, ação micro que tem no município a instância administrativa mais próxima desse fazer cultural” (BOTELHO, 2001, p.4).

Entretanto, quanto mais nos aproximamos de pequenas cidades para analisar as políticas públicas de cultura, mais nos deparamos com a falta de visão organizacional na área, que, de forma consistente e abrangente, trabalhe considerando a importância de uma gestão baseada em políticas e ações planejadas antecipadamente. Ao contrário disso, “os interesses dos políticos costumam ser tão fracos que dificilmente o tema cultura aparece em programas de partidos políticos ou em plataformas de candidatos a postos eletivos” (DURAND, 1996, p.7)

Visto que, no âmbito municipal, a administração da cultura não é considerada como uma função de importância dentro do governo, que conceda *status* e poder, inclusive político-eleitoral, decorre daí um dos problemas de sua gestão. Os dirigentes da cultura são, em geral, artistas ou intelectuais escolhidos por atributos pessoais, porém com pouco peso nas estruturas de governo. Apesar da falta de dados estatísticos sobre a gestão da cultura nas prefeituras da Bahia, acreditamos que é possível afirmar que, na maioria dos casos, as secretarias municipais de cultura são entregues a pessoas sem preparo para o cargo. Falta profissionalização no gerenciamento da cultura nas cidades do interior. Esta situação

potencializa a visão de que administrar a cultura é trabalhar com uma política de eventos, organizar atividades e festas com o objetivo de entreter o povo, colocando de lado o que preconiza a UNESCO acerca do papel central que a cultura deveria assumir no processo de desenvolvimento social das cidades.

Durand atenta para dois pré-requisitos necessários para que a cultura floresça em clima democrático e plural: a continuidade político-administrativa e a profissionalização de técnicos e dirigentes. O autor critica a administração da cultura realizada por dois personagens típicos: a primeira-dama do município e o renomado intelectual ou artista. Em geral, a esposa do prefeito assume o setor social do governo ou é encarregada de administrar a cultura, tão somente por uma visão preconceituosa que associa a cultura ao elenco das virtudes femininas, “sem que a digna senhora tenha o mínimo de preparo administrativo para assumir o cargo” (DURAND, 1996, p.8). O outro personagem típico nas administrações da cultura é o intelectual ou artista que desfruta de prestígio em sua área específica, escolhido para “dar brilho” à equipe do governante. Ao assumir a gestão cultural sem ter sido preparado para isso, esse profissional pode enfrentar dificuldades como a falta de costume de trabalhar em grupo ou negociar e, em geral, usa o posto executivo como uma oportunidade para realizar antigos caprichos e projetos pessoais. Durand acredita que este “amadorismo” prejudica o desenvolvimento cultural das cidades:

Para se atingir um patamar mais consistente, será necessária uma visão mais orgânica e retrospectiva, capaz de avaliar e refletir sobre experiências prévias. Tal estágio será tanto mais distante e inatingível quanto mais as secretarias de cultura forem entregues a artistas e intelectuais consagrados que, na falta de um passado de administradores e de vontade política, tenderem a se comportar como "medalhões", julgando-se autorizados a orientar a ação de governo por linhas que sigam apenas suas preferências pessoais (1996, p.9).

Além disso, muitas vezes, a secretaria de cultura é concedida como prêmio de consolação ao companheiro que tanto colaborou com o candidato e a campanha e não pôde ser contemplado com posto elevado em outra área de governo mais compatível com suas aptidões. É urgente a necessidade de vencer o amadorismo na administração cultural.

Um segundo problema que surge nas prefeituras municipais é a falta de articulação política entre as secretarias de governo. Em geral, elas estão ligadas apenas por corredores, quando localizadas no mesmo prédio, mas falta parceria em projetos comuns. Nesse sentido, Faria

critica as divisões em secretarias de cultura, turismo, educação e esportes, quando a maioria delas não se comunica, não faz projetos conjuntos. Para ele, “as políticas públicas devem ser integradas e a formação de agentes culturais multidisciplinares deve acontecer nas diversas áreas de trabalho” (2003, p.43). Nesta divisão em secretarias, falta objetividade nos planos de trabalho, dentro de uma plataforma de governo, pois as ações acabam sendo próximas na finalidade, mas longe na execução.

Além dessa articulação política com todas as áreas do governo, uma outra parceria é fundamental para a administração da cultura – a que aproxima as esferas municipal, estadual e federal. O Estado e a Federação deveriam participar do processo administrativo fornecendo apoio às políticas e ações, numa parceria com o nível municipal “que deve ser sempre o propulsor de qualquer ação conjunta” (BOTELHO, 2001, p.4). Entretanto, queremos acreditar que a obrigação das duas instâncias maiores de governo deva ir além da criação de políticas de incentivo à produção cultural e programas de preservação do patrimônio histórico e de manifestações populares.

A par disso, é indispensável notar como é tênue e casuístico o relacionamento dos três níveis de governo nessa área, nos poucos casos em que algum intercâmbio existe. É muito freqüente as secretarias estaduais concentrarem recursos nas capitais dos Estados, sobrepondo-se às respectivas secretarias municipais, enquanto faltam visão e vontade sobre o que fazer no interior (DURAND, 2001, p. 03).

Acreditamos que é preciso que os níveis de governo estadual e federal orientem as prefeituras sobre o fazer cultural. É preciso capacitar os gestores sobre o que é cultura e qual é a importância desta para a inclusão social da população. O governo Federal cria programas de preservação da cultura, como o edital para homenagear os “mestres populares”, que vai fornecer recursos para que esse mestres possam continuar fazendo sua arte e ensinando aos mais jovens. Projeto interessante, que pode ser fundamental na preservação das manifestações populares. Certo, mas, como as pessoas interessadas em cultura lá da cidade de Conceição do Almeida, a muitos quilômetros da capital do Estado, vão descobrir que o edital existe? Pelas matérias de jornal e televisão? Digamos que eles fiquem sabendo. Agora, como vão participar do programa, com toda a burocracia prevista no edital, se, na cidade, ninguém sabe como preencher os formulários corretamente ou captar e organizar todas as informações que o edital exige? Como os programas e leis de incentivo vão apoiar a produção cultural nas cidades do interior se os secretários de cultura nunca ouviram falar em Fazcultura ou Lei Rouanet? A

questão que colocamos aqui leva em consideração o fato de que, não podemos exigir uma administração democrática da cultura para pessoas que não sabem o que é política cultural, nem como poderiam gerir a cultura visando a melhoria da qualidade de vida da população. “No Brasil, sequer se sabe quantas prefeituras possuem secretarias de cultura e, por conseguinte, em quantas os assuntos culturais são tratados através de secretarias de educação, esportes e turismo, ou outra qualquer” (DURAND: 2001 p.03).

Segundo Botelho, a produção cultural brasileira hoje deve sua atividade basicamente às leis de incentivo fiscal federal, estaduais e municipais. “Os recursos orçamentários dos órgãos públicos, em todas as esferas administrativas, são tão pouco significativos que suas próprias instituições concorrem com os produtores culturais por financiamento privado” (2001, p.6). Para que as leis de incentivo à cultura cheguem a uma pequena cidade, é preciso que alguém nesta cidade envie um projeto para ser aprovado. Se conseguir aprovação, o proponente terá que captar recursos, enfrentando alguns desafios: a lógica mercantilista, que prioriza os projetos que tenham possibilidades prévias de sucesso e retorno garantido para os patrocinadores, a localização da execução do projeto – o proponente terá que encontrar empresas interessadas em realizar uma ação pontual de marketing na cidade, sem atuação dos grandes meios de comunicação, ou terá que enfrentar a falta de uma cultura de incentivo à arte através de leis nas pequenas e médias empresas da própria cidade.

É claro que tudo isso pode ser superado e o produtor cultural conseguir realizar sua arte. Mas, para isso, é preciso que os produtores culturais das pequenas cidades do interior conheçam os meios e formas para fazer isso. Então, além de treinar os gestores, também defendemos a capacitação dos possíveis produtores e agentes culturais. É assim que se trabalha pela cidadania cultural – dando ao maior número de pessoas a possibilidade de fazer cultura.

Há ainda uma outra questão que desafia a produção cultural local, as formas de financiamento direto:

Sabe-se que a maior parte (cerca de dois terços) do dinheiro que circula na área cultural vem diretamente do bolso de quem frui (ou "consome") cultura, ao comprar livros, discos, ingressos de teatro e cinema, etc. Assim, pergunta-se: como é possível construir cenários da paisagem cultural sem levar em conta orçamentos familiares e os reflexos, em sua rubrica "lazer e cultura", das mudanças demográficas, educacionais, tecnológicas, de estilos de vida e de renda econômica? (DURAND, 2001, p.5).

Os cofres públicos não têm condições de manter financeiramente a arte na cidade. Já a população, que seria o consumidor direto que pagaria pela expressão cultural, não tem condições de fazê-lo. Numa pequena cidade, como em Canavieiras, onde a renda per capita é de 120,98 reais (IBGE, 2000), as atividades artístico-culturais não são prioridades da população. É por isso que faltam, até mesmo, estruturas de entretenimento nas cidades de interior – não existe cinema, teatros, clubes e, algumas vezes, nem vídeo-locadora.

Em seu artigo *Os Equipamentos Culturais da cidade de São Paulo*, Botelho (2003) observa que pesquisas de usos da cultura poderiam demonstrar que a vida cultural da população não é feita pelas práticas legitimadas, aquelas com as quais se preocupam os gestores culturais, que administram os equipamentos da cidade, práticas ditas de elite (teatro, museu, bibliotecas, por exemplo); mas sim, pelo recurso a equipamentos e produtos da indústria cultural, sobretudo eletrônicos. Ou seja, “não basta dar atenção às instituições tradicionais de cultura, pois estas não formam um sistema fechado, sendo sua clientela composta por uma população que, em maior ou menor grau, se relaciona com a televisão e o rádio” (2003, p.141). Para chegar a essas conclusões, a autora observou o acesso da população aos equipamentos culturais numa metrópole. O que dizer então de uma pequena cidade do interior? Sem opções de entretenimento e lazer, a vida cultural de crianças, jovens e adultos está ainda mais ligada ao que é transmitido pelos canais abertos de TV, em geral com sinal vindo de antena parabólica diretamente do eixo sudeste do país, sem ao menos ter a característica do sotaque nordestino. Nessas cidades, a atuação das secretarias municipais de cultura deve ser, ainda mais, voltada para a democracia participativa.

## **2. GESTÃO DA CULTURA**

### **ESTUDO DE CASO DE CANAVIEIRAS**

#### **2.1 A Cidade**

Canavieiras foi fundada por lavradores que saíram de Ilhéus fugindo dos índios e a procura de terras férteis, na primeira década do século XVIII. Primeiro, eles se instalaram em um local denominado pelos índios por Poxim (termo que na língua Tupi significa “coisa feia e ruim”). Logo depois, muitos habitantes mudaram-se para uma ilha próxima, às margens do rio Pardo. Uma das primeiras famílias a se deslocarem para a ilha foi a família Vieira, passando a cultivar cana-de-açúcar nas novas terras. Daí, segundo a tradição, a localidade ficou conhecida como Canavieiras, em alusão à cana dos Vieiras ou à própria cultura canavieira. O município foi criado, com território desmembrado de Ilhéus, com a denominação de Imperial Vila de Canavieiras, por Resolução Provincial de 09.05.1833. A sede, criada com o orago de São Boaventura do Poxim de Canavieiras, por Alvará Régio, de 11.04.1718, foi elevada à categoria de cidade por Ato Estadual, de 25.01.1891.

A história de Canavieiras passa pela mineração, com a corrida desenfreada de homens vindos de vários lugares em busca da riqueza fácil e rápida proporcionada pelas pedras preciosas. O reflexo dessa época pode ser percebido na arquitetura opulente da cidade, nos casarões ricos em detalhes neoclássicos, nas ruas largas e planejadas e nas praças arborizadas. Mais tarde, Canavieiras foi batizada de "Princesa do Sul" por ter sido uma das cidades mais importantes do sul do Estado, na época em que reinava como o berço do cacau na Bahia, gerando as primeiras mudas que viraram as gigantescas e tradicionais plantações da Costa do Cacau. Nesse período, os coronéis do cacau seguiram construindo pequenos palacetes, uma forma de ostentar suas riquezas.

O município de Canavieiras possui uma área de 1.381 quilômetros quadrados e está localizado na região Sul da Bahia, a 596 quilômetros de Salvador, 110 quilômetros de Ilhéus e 207 quilômetros de Porto Seguro. Segundo a classificação da Bahiatursa, o município pertence a “Costa do Cacau”, que abrange os municípios do litoral baiano desde a foz do Rio de Contas, em Itacaré, até a foz do rio Pardo. Já o Ministério do Meio Ambiente, situa Canavieiras na “Costa do Descobrimento”, que tem como centro o município de Porto Seguro. A cidade possui um litoral com mais de 50 quilômetros de praias espalhadas por 18 pequenas ilhas. Por isso, ficou conhecida como o “Paraíso das Ilhas”, sendo as principais Canavieiras, onde se localiza o centro urbano, e Atalaia, uma vila de pescadores com 17 km de praias. A população é de 35.135 mil habitantes, conforme o censo IBGE 2004, sendo que 26.166 habitantes residem na sede.

Em sites de agências de viagens<sup>8</sup>, na internet, Canavieiras é descrita como um destino turístico calmo e paradisíaco, onde o principal atrativo é o contato com a natureza. A página oficial da cidade na internet<sup>9</sup> destaca as belas praias, ilhas e rios que compõem o lugar como partes de uma paisagem ainda primitiva e de natureza exuberante:

Neste santuário ecológico, a vida é saudável e descontraída. Canavieiras é muito mais que um paraíso cercado de ilhas por todos os lados; é acima de tudo, a emoção que pulsa verde e selvagem plena para se viver. Conhecer a beleza do município é mergulhar numa emoção sem tempo nem hora marcada, um bem querer que os olhos jamais esquecem<sup>10</sup>.

Nos últimos quatro anos, a cidade ganhou fama internacional por ser um dos três pontos no planeta onde existe a maior ocorrência do Marlin Azul, um dos peixes mais disputados pelos praticantes da pesca esportiva.

---

<sup>8</sup> Por exemplo, em [http://www.bahia.com.br/site/destinos/cidades.asp?cd\\_cidade=10](http://www.bahia.com.br/site/destinos/cidades.asp?cd_cidade=10)

<sup>9</sup> <http://www.canavieiras-ba.com.br/>

<sup>10</sup> Idem.

## 2.2 Aspectos Geográficos, Econômicos e Turísticos

Canavieiras é banhada por duas das maiores bacias hidrográficas brasileiras, a do Rio Jequitinhonha e a do Rio Pardo. Os principais rios que cortam o município são: Pardo, Salsa, Cipó, Patipe e Jacaré. O rio Pardo nasce em Minas Gerais e é navegável por muitas embarcações de pequeno porte. Em suas margens, encontram-se as principais fazendas de cacau do município. O rio Jacaré une Canavieiras ao município de Belmonte, e possui grande potencial para os esportes náuticos e para a pesca. Os rios são serenos e cortam paisagens variadas.

A vegetação local se destaca pela presença de restingas, a maioria ocupada por coqueirais e grande estuário. O município possui nove mil hectares de manguezais, cuja biodiversidade é considerada como a maior do Brasil. A topografia de Canavieiras é bastante plana, o que possibilita o uso de bicicletas como um dos principais meios de transporte.

A primeira base econômica do município foi a cultura canavieira, no período colonial. Entretanto, o desenvolvimento da cidade veio com o ciclo do cacau, como aconteceu em quase todo o Sul da Bahia. Segundo o jesuíta Joaquim da Silva Tavares (*apud* FILHO, 1991, p.23) as sementes utilizadas para estas plantações foram trazidas da Província do Pará pelo colono francês Luís Frederico Warneaux, que as deu a Antonio Dias Ribeiro. As sementes foram plantadas às margens do rio Pardo numa fazenda chamada Cubículo, próximo à sede do município de Canavieiras, em 1746. De lá, o cacau foi levado para Ilhéus, por volta de 1752. O grande salto do ciclo aconteceu entre 1860 e 1890, quando a Bahia começou a exportar cacau para o mundo. Nessa época, a produção do fruto na Bahia já representava nove por cento da produção mundial e em termos de exportação, correspondia a 20 por cento das exportações do Estado.

Durante muitos anos, a amêndoa produziu riquezas para a região. No entanto, a soma de alguns fatores causaram uma vertiginosa crise na lavoura cacauzeira: problemas climáticos, constantes quedas da cotação nas bolsas de valores de Londres e de Nova York, o surgimento de outros mercados produtores no cenário mundial, culminando, na década de 90, com o aparecimento de pragas, como a vassoura-de-bruxa, que assolaram o sul da Bahia e quase exterminaram as lavouras. De acordo com dados do IBGE, o cacau, em 16 anos, caiu do

primeiro para o quinto lugar no ranking dos principais produtos agrícolas, segundo o valor bruto da produção da Bahia. Enquanto em 1985 o cacau liderava as exportações do Estado e era responsável por 36,2% das exportações, em 2001 ele ocupava o quinto lugar, com uma participação de apenas 7,5%. A queda do cacau, monocultura reinante, gerou um período de resignação econômica para a região. Muitos fazendeiros tiveram que vender suas terras. O comércio na cidade quase parou, pois não circulava dinheiro na economia local. Para sobreviver, o município teve que investir na diversificação da agricultura e no turismo.

Atualmente, na produção agrícola, destacam-se os cultivos de coco, abacaxi, banana, mandioca, cana-de-açúcar e cacau, que dá sinais de revitalização. Na pecuária, a cidade possui rebanhos de bovinos, suínos, bubalinos e muares. Por causa da comercialização de peixes e mariscos, Canavieiras ganhou fama e ficou conhecida como “A capital do Caranguejo”. O site oficial apregoa a importância do caranguejo para Canavieiras:

Os intermináveis manguezais representam um importante patrimônio natural, o habitat das aves de vôos imponentes é a fonte de sobrevivência para centenas de pessoas. Sem os manguezais preservados, o caranguejo suculento não seria a marca mais expressiva de Canavieiras<sup>11</sup>

No entanto, um vírus infectou os manguezais da cidade e os crustáceos estão impróprios para o consumo. A proibição da pesca do caranguejo gerou um grande problema econômico para o município. Não existe uma estatística oficial sobre a quantidade de famílias que retiravam do mangue o sustento, no entanto, basta andar pelos bairros populares da cidade para descobrir como este número é grande. Gerações inteiras foram criadas na tradição do mangue. Os pais saíam ainda de madrugada para a cata, e no retorno, os filhos ajudavam com as vendas e com a preparação do caranguejo catado, que tem valor agregado maior. Com a doença espalhada pelos manguezais, os catadores de caranguejo tentam sobreviver realizando pequenos serviços pela cidade. As mulheres procuram emprego como domésticas, trabalhando sem nenhum tipo de vínculo empregatício ou uma remuneração satisfatória. Dona Izaura<sup>12</sup>, que trabalhou a vida inteira no mangue, se angustia ao contar a realidade “Eu mesma não conheço nenhuma mulher que trabalhe nas casas e ganhe um salário [mínimo]. A gente ganha é pouco mesmo, oitenta, cem [reais] por mês, quando pagam, por que geralmente atrasa”. Ela é uma das marisqueiras que tiveram que deixar a pesca do caranguejo. “Bom mesmo era quando eu ia pro mangue. Faço isso desde que era uma molequinha. Já sei meu trabalho, minha hora de

---

<sup>11</sup> <http://www.canavieiras-ba.com.br/>

<sup>12</sup> Entrevista concedida no dia 21/02/2005, na cidade de Canavieiras (informação verbal).

pegar e largar e faço o que gosto sem precisar ficar ninguém me mandando. Depois de pegar os caranguejos, a gente vendia ou catava, que é mais caro e a gente ganha mais dinheiro. Mais com esse negócio de vírus agora, tamo tudo tendo que se arranjar, trabalhando nas casas dos outros, que é muito humilhante mesmo”, se lamenta a ex-marisqueira.

Uma outra atividade econômica está em crescente expansão no município. O potencial de Canavieiras para o cultivo de camarão em cativeiro está atraindo grandes investimentos para a região. O Governo do Estado da Bahia tem investido para transformar Canavieiras no novo pólo de produção do marisco cultivado em fazenda. O site Bahiainvest<sup>13</sup>, da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia, explica a importância econômica da produção de camarão:

Com objetivo de liderar a produção nacional de camarão de água salgada em cinco anos, a Bahia planeja quadruplicar sua produção. Foram produzidas 9,6 mil toneladas em 2003 ocupando o terceiro lugar entre os maiores produtores tanto em produção (8.211 toneladas) quanto em exportação (cerca de US\$ 21 milhões), segundo o Censo 2003 da Associação Brasileira dos Criadores de Camarão (ABCC). ... A região de Canavieiras, ao sul do Estado, começa a se consolidar como novo pólo de cultivo de camarão na Bahia. Entre as facilidades oferecidas pelo governo aos produtores está a implantação de infra-estrutura básica (energia elétrica, estradas)<sup>14</sup>.

Com o incentivo do Governo do Estado, empresários, vindos principalmente do Sul do país, têm aportado em Canavieiras para iniciar a produção de camarão. Uma matéria divulgada no diário oficial do Estado, atesta o início da produção no novo pólo:

O município de Canavieiras, no sul da Bahia, está no caminho para conquistar a liderança na produção de camarão em cativeiro no estado, que já é o terceiro maior produtor nacional, com 8,2 mil toneladas. O governador Paulo Souto acompanhou hoje (22) a primeira despesca (coleta em viveiro) do camarão cultivado no município, realizada pela Ocean Produção Aquática numa fazenda de 35 hectares de lâmina d'água, onde foram investidos R\$ três milhões. Souto inaugurou também um escritório da Bahia Pesca em Canavieiras, que vai assegurar a orientação técnica aos produtores.

Cerca de 600 hectares de viveiros já foram licenciados para a carcinicultura em Canavieiras. No total, os projetos envolvem 4,2 mil hectares que, à medida que forem sendo implantados, podem gerar até três mil empregos diretos. Só na fazenda da Ocean Produção Aquática, que já emprega 38

---

<sup>13</sup> <http://www.bahiainvest.com.br/>

<sup>14</sup> Disponível em [http://www.bahiainvest.com.br/port/segmentos/agron\\_analise\\_aquicu.asp?pai=3](http://www.bahiainvest.com.br/port/segmentos/agron_analise_aquicu.asp?pai=3)

peessoas, a estimativa é de que a produção alcance 70 toneladas já no primeiro dos três ciclos produtivos anuais<sup>15</sup>.

A carcinicultura é mais uma tentativa de gerar fonte de renda para o município. No entanto, a geração de empregos para os nativos é ínfima. Os postos de trabalho nas fazendas de cultivo exigem qualificação. Por isso, a mão-de-obra utilizada vem do Sul, junto com os empresários. Os novos moradores criaram demanda por serviços de qualidade, aumentando as vendas no comércio local.

Conforme registro na Junta Comercial da Bahia, JUCEB, a cidade possui 137 indústrias, ocupando o 45º lugar na posição geral do Estado da Bahia, e 1.285 estabelecimentos comerciais, 36º posição dentre os municípios baianos. No setor de bens minerais, é produtor de argila. O trade hoteleiro do município conta com 1.500 leitos.

Canavieiras é uma cidade plana e calma, com baixos índices de criminalidade. Seus atrativos turísticos podem ser divididos em dois grupos – os arquitetônicos, ligados aos prédios e casarões de estilo neoclássico, e as belezas naturais. Entre os atrativos do conjunto arquitetônico do município ganham destaque o prédio que abriga a Prefeitura, construído em 1899; a Biblioteca Municipal, de 1900; e a Igreja Matriz de São Boaventura, o padroeiro da cidade. O Sítio Histórico, no cais do porto, chama atenção pelo conjunto de 30 casarões centenários restaurados, que agora abrigam restaurantes e lojas. Esta parte da cidade ganhou notoriedade quando foi cenário da novela Porto dos Milagres, da Rede Globo. A pequena Capela de Santo Antônio, na Ilha de Atalaia, e a Fazenda Cubículo, onde se plantou o 1º cacauero da Bahia, em 1746, também são importantes pontos turísticos.

Entretanto, o turismo local está calcado nas belezas naturais. Praias, coqueirais, rios, ilhas marítimas e fluviais, mata atlântica e áreas de mangue, que abrigam variada fauna silvestre, formam a beleza de Canavieiras.

Quem chega a Canavieiras pode andar de bicicleta, cavalgar em uma trilha selvagem, tomar banho de mar ou de rio e, em certos trechos da Praia da Costa é possível cuidar da saúde com as areias monazíticas ou tomar um “banho” de lama medicinal na Ilha das Garças. A Ilha é um verdadeiro santuário ecológico onde vivem vários tipos de garças e gaivotas. Quem não quiser ir até lá, pode observar as belas aves quando saem em revoada em busca de alimento no Rio Pardo, realizando um grande balé em que a

---

<sup>15</sup> Matéria divulgada em 22/10/04. Disponível em <http://www.agecom.ba.gov.br/materias>

coreografia se baseia no contraste do branco das plumagens com o verde dos manguezais<sup>16</sup>

Entre os atrativos naturais, ganham destaque as Barras de Atalaia, Velha e do Albino, locais de encontro do rio com o mar. Os rios, calmos e serenos, são propícios para a prática de esportes náuticos e para a pesca. A cidade já possui sete roteiros de passeios fluviais pelas ilhas de Canavieiras, com visitas aos manguezais, Lama Negra (ilha cuja lama é medicinal), Belmonte, revoada das garças azuis e brancas e praias ainda pouco visitadas. A fartura de frutos do mar, do rio e do mangue - como caranguejos, ostras, siris, lambretas, camarões, lagostas e peixes de várias espécies - faz de Canavieiras um paraíso gastronômico.

A cidade também vem se consagrando como pólo de pesca esportiva. Canavieiras já é considerada o melhor lugar do Brasil para a pesca de Robalo. Todos os anos, um torneio de pesca ao Robalo, realizado em outubro, atrai esportistas de diversos estados brasileiros. Mas a grande sensação da pesca esportiva no município é o Marlin Azul. Desde 1998, a cidade ganhou fama internacional por ser um dos três melhores lugares do planeta para a pesca do Marlin. No mês de novembro, a calmaria típica dá lugar a um concorrido torneio, com participação de equipes de pesca de todo o país, que chegam em busca do grande peixe azul.

Desde 1998, a cidade conta com uma estrutura internacional para desenvolver esse esporte, que cresce a cada ano no mundo inteiro. Em Canavieiras fica o Banco Royal Charlotte, a apenas 16 milhas náuticas do litoral, um dos três pontos de maior concentração de Marlin Azul do planeta. O banco é uma espécie de plataforma submersa, com extensão de até 50 milhas, com profundidades que variam de 20 a 70 metros e seus arredores com abissais de 2 mil metros<sup>17</sup>.

O turismo náutico pode ser um importante fator de desenvolvimento para Canavieiras, pois “é uma das fatias mais promissoras deste segmento, com resultados financeiros extremamente compensatórios para o turismo do Estado e, em especial, para a Costa do Cacau”<sup>18</sup>. Este nicho de mercado é caracterizado por possuir um público com alto poder aquisitivo.

Um levantamento feito pela Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC, revelou que a demanda turística no alto verão em Canavieiras origina-se das Regiões Centro-Sul e Sudeste

---

<sup>16</sup> Disponível em <http://www.canavieiras-ba.com.br>

<sup>17</sup> Em matéria divulgada pelo Jornal A Tarde em 25/11/02. Disponível em <http://www.artmarina.com.br>

<sup>18</sup> Idem.

do Brasil, principalmente dos estados de Brasília, Goiânia, Minas Gerais, Rio e São Paulo, e o número de visitantes, nesta época, chega a 60 mil turistas<sup>19</sup>.

O Festival Nacional do Caranguejo, que acontece no mês de setembro, é um dos eventos mais divulgados do calendário turístico do município. A programação inclui feira de negócios, salão de artes, festival gastronômico e shows musicais, culminando com a escolha da Musa do Caranguejo.

### **2.3 Análise da Situação**

Ao se pensar na formulação de uma política cultural municipal, deve-se levar em conta alguns fatores como perfil e composição da população, fisionomia e dinâmica cultural da cidade, produção artística, opções de lazer e entretenimento em funcionamento, entre outros fatores. Por isso, é indicada a realização de um mapeamento cultural que possibilite a elaboração de uma política mais enraizada na história de cada lugar e que atenda de forma ampla as aspirações da sua comunidade.

Para efetuarmos a análise da gestão da cultura no âmbito municipal, proposta por este trabalho, realizamos uma pesquisa de campo, entre os dias 16 e 28 de fevereiro, na cidade de Canavieiras. Cerca de 30 pessoas foram entrevistadas. Buscando coletar informações que nos permitisse ter uma ampla visão acerca do fazer cultural na cidade, conversamos com o prefeito, secretários de governo e vereadores; professores, diretores de escolas e bibliotecários; historiadores, escritores, poetas e jornalistas; produtores de eventos e proprietários de casas de shows, hotéis e bares; músicos, participantes de manifestações populares, artesãos e ceramistas; além de jovens moradores e esportistas.

É necessário ressaltar que neste trabalho não realizamos um mapeamento cultural, o que exigiria uma pesquisa mais ampla e detalhada, mas sim, uma pesquisa de campo como uma forma de abrir um diálogo sobre o cenário cultural da cidade, ouvindo o poder público, instituições sociais, grupos privados, produtores culturais e a população, para melhor entender

---

<sup>19</sup> Disponível em <http://www.canavieiras-ba.com.br>

e diagnosticar quais as necessidades da gestão da cultura no município, de forma a constituir uma cultura democrática, que privilegie o desenvolvimento sócio-cultural da população local.

A Secretaria da Cultura do município é administrada pelo artista plástico Paulo Simões. Os trabalhos do artista incluem quadros e esculturas baseados em referências locais. Já na carreira pública, esta é a sua primeira experiência e ele se mostra bastante entusiasmado com a possibilidade de trabalhar a cultura da terra natal. No entanto, o despreparo e a falta de conhecimento das políticas culturais são evidentes. Diante da necessidade de escrever um projeto para o Fazcultura, Paulo terceirizou o serviço e contratou uma empresa de Salvador. Como em muitas outras prefeituras baianas, falta capacitação em gestão cultural, que possibilite uma visão mais ampla do que seja cultura e da importância desta para o desenvolvimento social da população.

A gestão da secretaria de cultura está orientada para uma política de eventos. Também existe uma preocupação em preservar e valorizar os elementos da chamada “cultura clássica” ou “alta cultura”, que podem ser vistos nos principais projetos da secretaria, como a criação de uma casa de cultura e de um museu, ambos em prédios históricos localizados na área nobre da cidade. Para Simões, o grande problema da gestão cultural no município reside na dificuldade de manter os grupos artísticos e as manifestações populares, que dependem inteiramente dos recursos da prefeitura..

O orçamento anual da secretaria é de 160 mil reais e, conforme Simões, a secretaria gasta mensalmente sete mil reais com o pagamento de 17 funcionários (oito na biblioteca, cinco no arquivo público e quatro na secretaria). Isso significa que a prefeitura gasta 84 mil reais do orçamento destinado para a cultura com o funcionalismo, ou seja, mais da metade do valor total. O restante do dinheiro é utilizado para cumprir o calendário festivo da cidade, custear o ônibus que transporta estudantes para faculdades localizadas em outras cidades da região, e com um pequeno cursinho pré-vestibular.

### **2.3.1 Calendário Cultural**

Foco da política cultural aplicada no município, o calendário de festas tradicionais organizadas pela prefeitura privilegia um número surpreendente de festas de largo em louvor

a santos e padroeiros da cidade. Quase todos os recursos da área de cultura da cidade são gastos com este tipo de evento, que em geral se prolongam por um mês.

As festividades do calendário começam com a tradicional celebração popular-religiosa de São Sebastião, na Praça da Capelinha, entre os dias 20 de dezembro e 20 de janeiro. Missas são realizadas na Igreja dedicada ao santo. Na praça são armados barracas de bebidas, comidas, jogos e parques de diversões. Nos fins-de-semana acontecem shows musicais. A festa tem seu clímax no dia 11 de janeiro, com a “Puxada do Mastro de São Sebastião”. Um mastro de madeira medindo cerca de sete metros de altura, com um estandarte do santo no topo é carregado por dezenas de pessoas através das ruas da cidade, partindo do porto até a praça da Capelinha, onde o mastro é fixado na frente da igreja de São Sebastião. A procissão religiosa e profana é seguida por bandas, grupos folclóricos, fanfarras e charangas. O tradicional evento relembra a união da cultura europeia com as práticas indígenas. A festa do mastro atrai turistas de vários municípios da região e de outros estados brasileiros. Sem dúvida, é uma das festas mais populares do calendário cultural da cidade.

No primeiro dia do mês de janeiro, a cidade se volta para o mar. É a tradicional festa popular religiosa em louvor ao Bom Jesus dos Navegantes. Várias embarcações enfeitadas com papéis coloridos, palhas de palmeiras e coqueiros seguem em uma procissão marítimo-fluvial, e concorrem a prêmios pela melhor ornamentação. A festa no mar sai do porto da Birindiba em direção ao sítio histórico. Depois, fiéis seguem em procissão até a Igreja da Capelinha. Cinco dias depois, a Festa do Terno de Reis movimentam a cidade, com a apresentação de manifestações culturais do município como o boi duro, terno de reis, reisados, pastorinhas e marujada. No dia 12, a festa acontece na vila de pescadores na Ilha de Atalaia, com o tradicional Boi Duro da Atalaia, manifestação popular do povoado.

Em fevereiro, as celebrações começam no dia dois, com a festa de Iemanjá, culto de origem africana em que o orixá é saudado com cânticos e danças até o momento em que a jangada carregada de oferendas é levada até o alto mar para a entrega dos presentes. O carnaval da cidade é dividido em dois eixos. O “carnaval de época” acontece no sítio histórico, com desfiles de blocos e cordões, acompanhados por batucadas, charangas, grupos folclóricos tocando marchinhas e músicas antigas. Já o “carnaval oficial” tenta reproduzir, em uma escala bem menor, o carnaval de Salvador, com uma festa que vai de quinta-feira à quarta-feira de cinzas e que conta com desfiles de blocos locais. A cidade recebe foliões de toda a região.

No mês de abril, o calendário fornecido pela prefeitura prevê a realização do “Canes Blues Jazz Festival”. O evento teria como objetivo levar à população estilos musicais de qualidade, mesclando a boa música à cultura regional e ao meio ambiente. Apesar de ser uma boa proposta, ele só aconteceu uma vez, em 2003, e não conseguiu repercutir de forma positiva na comunidade, não se consagrando no calendário cultural.

No dia 25 de maio, Canavieiras comemora o seu aniversário. A festa cívica conta com desfile das escolas e entidades, exposições, oficinas, feiras de ciências, competições em diversas modalidades e shows.

Em junho, a Semana do Meio Ambiente busca realizar workshops de conscientização. Entre os dias primeiro e 13 de junho acontece a tradicional festa popular-religiosa em louvor a Santo Antonio, nos povoados de Atalaia, Oiticica, Perelândia e Ruinha. A trezena é formada por novenas oferecidas a sociedade e visitantes, com barracas de comidas, bebidas, shows e quadrilhas. O São João é realizado numa praça da cidade e em um povoado, com desfile de quadrilhas, shows, barracas de comidas e bebidas típicas. A festa segue até o dia 29, dia de São Pedro.

A festa mais importante do Calendário de Canavieiras acontece de primeiro a 14 de julho, quando se realiza a festa de São Boaventura, padroeiro da cidade. Segundo a narrativa local, a imagem do santo foi encontrada por pescadores na praia do Puxim, no período de formação do povoado que deu origem à cidade. A festa acontece na praça, em frente à Igreja Matriz, dedicada ao santo. No domingo anterior ao último dia da festa baianas fazem a lavagem das escadarias da Igreja, com água e perfume. A festa é animada por bandas, charangas, trios e o tradicional concurso de carroças feito pelas escolas da rede pública, estadual e particular. No dia 14, o dia do santo, acontece uma procissão que leva a imagem de São Boaventura às principais ruas da cidade. Uma curiosidade é que Canavieiras é a única cidade do mundo a ter São Boaventura como padroeiro.

Em agosto, o dia do folclore é comemorado com apresentação do boi-duro, grupos de capoeira, maculelê e outras manifestações populares.

Em setembro acontece o Festival Nacional do Caranguejo, que possui forte potencial turístico. O evento tem caráter gastronômico e cultural e acontece no Sítio Histórico, com concurso de

beleza, feira de negócios, shows musicais, salão regional de artes plásticas, festivais folclóricos, eventos esportivos, técnicos e científicos.

No mês de outubro se comemora o dia de São Francisco na comunidade do Puxim. Também acontece o Torneio anual de Pesca de Robalo e Arremesso, com a participação de pescadores de todo o Brasil que praticam a filosofia de pesque e solte. Em novembro a cidade sedia o Campeonato de Pesca Oceânica – Torneio Royal Charlotte Cup. Pescadores de diversos lugares do Brasil e do exterior chegam a Canavieiras em busca do cobiçado Marlin Azul. Em dezembro recomeça a festa de São Sebastião. No reveillon, a prefeitura organiza uma festa na Praia da Costa com shows pirotécnicos e musicais.

### **2.3.2 Equipamentos Culturais**

Canavieiras é uma cidade que não possui opções diversas em termos de equipamentos culturais para a população. Os equipamentos culturais públicos se confundem com os atrativos turísticos do município: praças, o sítio histórico e os atrativos naturais. Os principais espaços de ação cultural são as escolas, as ruas, alguns restaurantes e hotéis, além da biblioteca pública, embora este espaço não seja utilizado para atividades culturais. A cidade não possui teatro nem cinema.

Existem dois projetos em andamento para a criação de importantes equipamentos culturais, que estão entre os principais projetos de dedicação da prefeitura na área da cultura. Um museu vai ser instalado em um casarão histórico e deverá abrigar obras de referência da cultura cacaueira da cidade e da região: peças ligadas ao coronéis e suas famílias. Será preciso refletir de que forma este espaço poderá contribuir para a democracia da cultura e a inclusão sócio-cultural da população do município. O outro projeto diz respeito à criação de uma Casa de Cultura, também em um casarão histórico localizado na área nobre da cidade, na mesma rua que o museu. A planta da obra prevê a construção de sala de teatro e cinema, áreas para exposições, livraria, café internet e restaurante. O projeto de gestão da casa definirá a importância que ele vai ter para o desenvolvimento do município.

### 2.3.3 Manifestações Populares

Uma das manifestações mais típicas da cidade é o maculelê africano “Os Negros”. A dança teve origem na África e chegou ao Brasil através dos escravos, por volta do século XVIII. Segundo o conhecimento popular, o grupo “Os Negros” surgiu em Canavieiras por volta de 1920, trazido por um senhor conhecido como Antonio Belebelê. Cada apresentação conta com uma média de 44 pessoas: um mestre-sala, que além de coordenar o desfile, canta e ensina as coreografias, um contra-mestre-sala, duas baianas como porta-estandarte, três combones (os tocadores), um caboclo, que dança segurando uma flecha e 36 negros que ficam divididos em duas filas e, com dois bastões de 50 cm na mão, trocam batidas coreografadas. A maioria dos participantes têm passagem em terreiros de candomblé.

Nos primeiros vinte anos, o grupo foi coordenado por Antônio Belebelê. Quando Augusto Palame recebeu o bastão das mãos de seu Belebelê, fez questão de manter as características do grupo intactas. Em 1968, foi o senhor Nande que assumiu a direção do maculelê. Nessa época, a cidade vivia uma verdadeira ebulição econômica e política. Por isso, o grupo estava sempre com a agenda cheia de apresentações marcadas. Novas coreografias, ritmos e músicas foram incorporadas ao trabalho e o apito, influência das escolas de samba cariocas, foi introduzido entre os instrumentos da bateria do grupo. Em 1981, Eduardo Selestino dos Santos Filho passou a comandar o grupo e permanece na função até os dias de hoje. Ele começou com o Mestre Nande aos sete anos de idade. Hoje, com 55 anos, sobrevive trabalhando como pedreiro e pescador e fica triste ao lembrar que o grupo não se apresenta há três anos: “A maior alegria que eu tenho, é quando estou com o meu povo, me apresentando e vendo o povo feliz nas ruas”. Seu Dado sabe da importância do grupo para as crianças do bairro carente Sócrates Rezende. Sem nenhum tipo de infra-estrutura de lazer nas proximidades do bairro, as crianças começam no grupo por volta dos 12 anos e crescem na tradição do maculelê, ensaiando quase todos os dias. “Os jovens daqui do Sócrates dão muito valor ao grupo. Estão sempre ansiosos, perguntando quando vão se apresentar. Se eu fosse uma pessoa que tivesse recursos, pagava só para ver o povo feliz nas ruas, se apresentando”.

O orçamento para cada apresentação do grupo é de cerca de 3.200 reais. A cada apresentação, o grupo precisa reformar ou adquirir novos instrumentos e figurinos, pois não possuem um galpão para guarda-los. O maior sonho do grupo é ter uma sede, que servirá também como uma escola para ensinar a arte. Depois, gostariam de viajar “pelo mundo”, divulgando o

Maculelê de Canavieiras. O grupo sempre contou com o apoio do comércio local, no entanto, nos últimos seis anos, os comerciantes se negam a dar qualquer ajuda financeira, afirmando que isso é obrigação do prefeito. Segundo seu Celestino, eles estão pensando em fundar a Associação Folclórica do Sócrates Rezende, para conseguir dinheiro para continuar o trabalho do grupo “... Já que a prefeitura num tem como ajudar a gente”. A idéia é boa, no entanto, quando pergunto a seu Celestino, que será o presidente da associação, como eles pretendem arrecadar recursos, a resposta é imediata: “Dra. Teresinha (médica e vereadora do município) que vai ajudar a gente. Ela que vai conseguir dinheiro por aí, num sei como, né? Por que no comércio daqui da cidade a gente já cansou de pedir e não consegue nada mais”. Mais uma vez, a falta de preparação, de capacitação faz com que a cultura possa ser usada como forma de garantir votos. Na verdade, a promessa é de ajuda, apenas. É preciso capacitar o povo para que eles saibam como buscar seus próprios recursos.

“As Caboclinhas em Folia” é outra manifestação folclórica-carnavalesca, cuja história coincide com a história do grupo “Os Negros”. Até a formação do grupo nas apresentações é bastante parecida: um mestre-sala, um contra-mestre-sala, duas baianas como porta-estandarte, três combones (os tocadores), um caboclo, que dança segurando uma flecha e 36 cabloclinhas, personagens enfeitados com roupas indígenas que dançam divididos em duas filas, segurando arcos, flechas, cabacinha, samburá.

O “Bumba-Meu-Boi” é uma encenação teatral que acontece nas ruas e conta a história da escrava grávida Catarina, que desejou comer a língua do boi mais precioso da fazenda do seu amo. O marido dela, o Nego Chico, ficou com medo do filho nascer com cara de língua e matou o bicho. Como consequência, teve que enfrentar a fúria do patrão ao saber da morte do animal. Então, com medo do amo, o casal tenta de todos os jeitos ressuscitar o boi. Este é o enredo básico do tradicional Bumba-meu-boi, boi-bumbá ou boi-duro como é chamado em Canavieiras. A apresentação é uma sutil crítica social às relações desiguais entre senhores de engenho, escravos e indígenas no Brasil. O primeiro registro da manifestação apareceu em 1840, em um jornal de Recife. Em Canavieiras, esta é uma das mais tradicionais manifestações populares. O povo, chamado de brincante, segue o Boi pelas ruas da cidade, cantando e brincando, fazendo promessas.

A cidade possui diversas outras manifestações tradicionais como a “Marujada” e “Bloco das Almas”. Paulo Sérgio, conhecido na cidade como César, é a pessoa que representa as

manifestações culturais populares de Canavieiras na luta pela preservação. Segundo ele, a vontade do povo de fazer e participar é muito grande, eles sabem o valor de suas manifestações. “Pelo povo, todo dia tinha apresentação. Eles ficam felizes de estarem fazendo isso”.

Os grupos populares exercem um papel social importante numa cidade como Canavieiras, onde não existem alternativas de diversão e entretenimento para os jovens. Através dos grupos, os jovens adquirem a noção de pertencimento a uma classe, a um grupo, desenvolvem características como a disciplina, a pontualidade, a dedicação e ganham reconhecimento. “Quando um jovem desses faz sucesso no grupo, quando ele passa com roupas bonitas no meio do seu povo, ele ganha reconhecimento na comunidade, e isso é muito importante”, afirma Paulo Sérgio. Tendo um papel social na comunidade, esses jovens se tornam exemplos para os mais novos. Além disso, a probabilidade de se envolverem com drogas e violência se torna bem menor.

Entretanto, a falta de recursos é o grande problema no qual esbarram todas as tentativas de se manter vivas as manifestações culturais. Segundo pesquisas feitas por Paulo Sérgio, que colheu informações na comunidade, conversando com os mais velhos, na tentativa de registrar as diversas manifestações populares da cidade, alguns grupos como “As cinco andorinhas”, “O avião”, “O navio”, “O Terno de reis” e muitos blocos carnavalescos já não existem em Canavieiras. Outras, como “A Batucada” e “As Andorinhas”, estão fracas, há anos sem organizar apresentações. A preocupação maior reside no fato de que, na cidade, quase não existem registros sobre essas formas de arte. Não há documentação que comprove a existência, que preserve as características, a essência, as músicas, os passos de dança. Tudo isso foi sendo passado de geração em geração, são conhecimentos detidos pelos mais velhos. No caso de manifestações que não são mais ensinadas, toda história desses grupos pode se perder com a morte dos membros remanescentes. O representante das manifestações populares de Canavieiras, Paulo Sérgio, lamenta: “Tem grupo aí que a última pessoa que conheceu e participou está com 80, 90 anos. Eles sabem as músicas na cabeça e ensinam para os mais novos, mas isso tem que estar registrado, guardado. Os jovens não têm muita vontade de lembrar de todas, vão acabar esquecendo”.

Paulo Sérgio acredita que a criação da Associação vai facilitar a aquisição de recursos para atender as necessidades das manifestações, como a construção de um galpão para ensaios e

almoxarifado. Mas, embora seja uma pessoa preocupada com essas manifestações artísticas, não sabe como captar recursos, não possui nenhum tipo de formação que o capacite como um agente cultural dessas expressões. Para essas manifestações faltam uma estrutura organizacional, que possibilite a autonomia financeira e administrativa, acabando com a dependência das ações da prefeitura.

#### **2.3.4 Artesanato**

O Censo Cultural da Bahia enumera uma série de artistas que trabalham em Canavieiras com artesanatos diversos. Trabalhos com cipó, cerâmica, argila, conchas e búzios, flores, pedras, entre outros materiais naturais e artificiais são identificados como produtos da cidade. Difícil é encontrar essa produção na própria cidade. Não existe uma área específica para a venda dessa produção. Dona Zoraide Carneiro trabalha com diversos materiais e tipos de artesanato e diz que seu maior sonho era se sustentar apenas com essa produção. No entanto, como as encomendas em casa são poucas e a cidade não possui um espaço apropriado para a venda, ela faz diversos tipos de trabalhos informais para completar a receita doméstica. “Nem nas festas de largo existe espaço para agente vender nosso artesanato. Agente não sabe como divulgar, para as pessoas ficarem sabendo o que estamos vendendo. As pessoas da cidade até sabem, mas precisamos vender para os turistas e os hotéis não permitem que agente vá lá oferecer. Já as lojas do Porto querem pagar um valor muito baixo pelos nossos trabalhos, para terem muito lucro”.

Além das questões de comercialização, os artesãos de Canavieiras enfrentam dificuldades para comprar materiais, que só são encontrados em Ilhéus ou Salvador. Na cidade já existe uma experiência de associação que está funcionando há quatro anos – a Associação de Cerâmica Cores do Barro, que conta com 17 associados. A criação foi possível através de uma parceria entre o Sebrae e a prefeitura. O projeto começou com um curso que incentivou a criação de peças de cerâmica que privilegiam elementos da arte indígena, com características da fauna e da flora típicos da região, criando uma identidade da cerâmica local. A Associação organiza a exposição dos trabalhos de Canavieiras em outras cidades. Segundo a presidente, Valdicéia de Castro, o trabalho elevou a auto-estima de muitas mulheres da cidade, que antes se sentiam inúteis e agora possuem renda própria. Entretanto, a Associação reclama da prefeitura a criação de um espaço para o trabalho de produção e para a realização de feiras e eventos na própria cidade. Os artesãos associados também querem promover cursos com o

pessoal do interior, levando a possibilidade de geração de renda a outras pessoas.

Outro tipo de artesanato que já foi bastante valorizado na cidade é a produção de abajus, cestas, bolsas, sofás, cadeiras, redes, e estantes com materiais como cordas, bambus, cipós, vime e sisal. O artesão Valdonir Santos se considera um profissional na arte. Ele ensinou a três pessoas que hoje estão morando em cidades grandes, trabalhando e ganhando bem. Também lembra com saudades da época que possuía três lojas de artesanato na cidade. Atualmente, ele não trabalha com artesanato, sobrevive como pedreiro e carpinteiro. “Aqui não dá para viver disso, aqui não vende. Ninguém valoriza um abajur de sisal, não ligam para o trabalho que dá para fazer”. Seu Valdonir participou de uma associação, que faliu, e por isso não acredita mais que esse tipo de iniciativa possa funcionar. No entanto, diz que sonha em voltar a trabalhar com a arte que aprendeu ainda criança. “Isso é a coisa que eu mais gosto de fazer na vida. Seria muito bom se agente tivesse condições de fazer e vender bem”.

Conversando com diversos artesãos da cidade, descobrimos que, em geral, eles acreditam que o Centro de Abastecimento poderia se transformar em um mercado de artesanato. O local foi construído em 1990 para abrigar a feira, açougues, restaurantes e lojas. No entanto, como o movimento comercial era fraco, o Centro de Abastecimento foi sendo abandonado por quase todos os comerciantes. A idéia dos artesãos é conseguir recursos para efetuar uma reforma no local e transformar em um grande centro para a produção e venda de artesanato, além da realização de cursos e oficinas. Eles acreditam que a concentração de todas as atividades artesanais em um lugar facilitaria a comercialização aos turistas.

### **2.3.5 Músicos e Grupos Musicais**

Canavieiras possui duas filarmônicas centenárias – A “Filarmônica 02 de Janeiro” e a “Lira Canavieirense”. O projeto Casa das Filarmônicas, do Governo do Estado, reascendeu as orquestras, fornecendo fardamento e reforma dos instrumentos, além de instrumentos novos.

Desde 1930, a Filarmônica “02 de Janeiro” possui a Escola de Música João Panan, que funciona nos três turnos, ensinando gratuitamente para crianças e adolescentes. Atualmente, cerca de 30 alunos têm aulas teóricas e práticas sobre música. A prefeitura remunera com um salário mínimo os professores. As outras despesas são mantidas com o aluguel da sede da filarmônica para eventos. Segundo Eunice Castro, saxofonista e secretária da filarmônica, o

problema é a falta de recursos para recuperar a estrutura da casa, que vai piorando a cada dia. “O prédio é velho e precisa de reformas urgentes. Está tudo rachando. Na última vez, alugamos o espaço para uma festa de rock e eles quebraram todos os banheiros. Agora, estamos sem recursos pois ninguém quer alugar o espaço com os banheiros quebrados e nós não temos dinheiro para recuperar. Até a água está cortada, por falta de pagamento”.

A cidade possui diversas fanfarras, ligadas às escolas de ensino fundamental e médio. Tradição na cidade, esta é uma das poucas iniciativas culturais perenes nas escolas. No Colégio Estadual “Osmário Batista” a fanfarra conta com 75 membros, de diversas idades. Segunda a diretora do colégio, Rita de Cássia, muitos outros alunos gostariam de participar, mas isso não é possível, pois a banda não comporta novos membros. A fanfarra ensaia todas as tardes. “É uma ocupação para esses jovens que, se não estivessem aqui, estariam pelas esquinas da cidade, usando drogas e pensando besteiras”, sentencia a educadora. A escola possui um projeto para criar cursos de profissionalização musical para os jovens da banda e para os que não participam. No entanto, o projeto nunca foi executado por falta de verbas. Além disso, faltam recursos para reformar os instrumentos, já que o programa estadual privilegiou apenas as filarmônicas da cidade.

É importante que os jovens estejam envolvidos com a produção musical do município. Esta é a opinião do músico Faustino Pereira Lima, conhecido na cidade como Mestre China. Aos 70 anos, ele comemora os 55 anos de música na cidade à frente de uma banda com 16 membros, seus filhos e netos. “São 55 anos servindo a esta cidade com o melhor da música, minha paixão. Só no coral da Igreja são 40 anos. Espero continuar fazendo e ensinando música em Canavieiras”. Para seu China, os próximos “filhos da cidade” precisam trazer a cultura da região à tona. Para isso, é preciso que existam projetos de apoio e incentivo aos músicos locais, principalmente os que estão começando.

O cantor carioca Cícero Reis, que está em Canavieiras há quatro anos, reclama de perseguição política na cidade. Segundo ele, logo que chegou foi convidado para fazer campanha para um candidato a prefeito e aceitou, sem prever que isto poderia impor limites a sua atuação profissional. “Já me acostumei a nunca tocar em eventos da prefeitura. Agora, muitas vezes, começo a fazer voz e violão em um barzinho da cidade e o negócio está dando certo, as pessoas estão indo, até que o dono vira e diz que não quer mais, sem mais nem

menos, e isso por eu ter me posicionado ao lado do partido que perdeu. A produção cultural do município perde muito com isso”.

A população de Canavieiras também faz rock. A banda Sótom Vip possui 22 músicas próprias, reconhecimento regional e já teve um clipe, produzido pelos integrantes da banda, exibido na MTV. Já a banda Dr. Amêndoa é mais nova, possui apenas dois anos de formada. Os cinco componentes ensaiam todos os domingos, mas não sabem quando vão tocar novamente. Eles reclamam da falta de um espaço adequado para shows de música alternativa na cidade. “Não conseguimos produzir festa por que não tem lugar para fazer. Até tem público, que vêm das cidades vizinhas. Mas todos os espaços tiveram algum tipo de embargo”, relata Alex Couto, guitarrista da banda. É censo comum para os integrantes das duas bandas que o rock da cidade não decola porque faltam espaços adequados, produtores culturais na cena alternativa e incentivo político. Mesmo em bandas de rock formadas por universitários e jovens com uma visão mais independente do mundo, a idéia de que a prefeitura deve ser a principal promotora da atividade cultural é a que impera.

O produtor de eventos Alcides Costa já organizou algumas festas de música alternativa na cidade, com bandas de rock e reggae. Para ele, o objetivo é atrair o público alternativo que existe na região, com bandas locais e do cenário nacional. Mas as dificuldades com produção e patrocínio fizeram que ele desistisse. “Tudo é muito difícil aqui e agente fica meio sem referência, sem ajuda”.

Uma iniciativa que tem dado certo no município é o espaço “Cavalo de Ouro”, um campo na entrada da cidade onde são organizados eventos de músicas country, sertaneja e forró. Procuramos o proprietário do espaço e produtor das festas, conhecido como Mazinho, mas ele não estava na cidade nos dias em que a pesquisa foi realizada. Em rápida conversa por telefone, o produtor afirmou que os eventos estão dando certo, pois ele custeia as despesas com os próprios recursos e recebe em dobro com a venda de ingressos.

### **2.3.6 Teatro e Dança**

Em Canavieiras não existe um teatro. Por isso, a cidade não entra no circuito das peças que rodam o interior da Bahia. Para abrigar um espetáculo, seria preciso adaptar os auditórios das escolas públicas estaduais, que não possuem infra-estrutura adequada para isso. Segundo

Noilton Araújo, que já foi ator e diretor de teatro em Salvador e atualmente coordena o setor de eventos da prefeitura de Canavieiras, a dificuldade reside na burocracia das escolas, que impedem a utilização dos auditórios nos fins-de-semana. Para ele, a questão não é de formação de platéias, já que o público frequentou os espetáculos que foram à cidade. “Em três dias, a peça Deus Danado, última que veio para a cidade, vendeu mil e quinhentos ingressos. O povo dá valor ao teatro que vem de fora, mas falta estrutura na cidade para suportar as peças”.

Também não existem grupos ou companhias teatrais na cidade. Conforme Noilton Araújo, o problema da falta de criação teatral na cidade é que os projetos não são vistos com seriedade. “Os jovens não gostam e não tem o costume de ler. Falta educação para o teatro” Ele acredita que seria necessário uma iniciativa em parceria entre a prefeitura, as escolas e o Governo do Estado para colocar o teatro como parte da educação formal. Para a diretora de escola, Rita de Cássia, o que falta é investimentos e incentivos para a criação de grupos de teatro formado por jovens. “Aqui os meninos tem muita vontade de fazer, de vez enquanto até se articulam aí, só que não encontram incentivo, patrocínio, nem da prefeitura e nem do comércio e acabam desistindo. Como tudo nessa cidade, a idéia começa forte e logo depois morre. Por isso, as pessoas ficam descrentes, não acreditam que algo possa dar certo”. A diretora acredita que o teatro poderia servir para diminuir os problemas sociais da juventude e fortalecer o turismo. “Poderia se incentivar a criação de textos da região, que contassem a história de Canavieiras e da região para os turistas. A peça poderia ser encenada em algum lugar especial, como o porto, por nativos e moradores”.

A dança também poderia ser usada como instrumento de educação e construção da cidadania no município. Desde que se mudou para a Ilha de Atalaia, a doutora em psicologia Mari Andrade, dá aulas de dança gratuitas para mulheres de todas as idades da pequena vila de pescadores. Segundo ela, assim que conheceu a cidade percebeu que se tratava de um “santuário de riqueza popular”, que possuía “uma cultura latente, porém não sistematizada”. Para ajudar de alguma forma, a psicóloga criou o grupo de dança, uma forma de trocar experiências com a comunidade. Atualmente, o grupo conta com 20 integrantes, com idades que variam entre dez e 40 anos. Além das aulas práticas, ela organiza aulas teóricas de resgate do folclore nacional e exhibe filmes culturais. O objetivo é trabalhar diversos valores sociais: “Através das aulas, trabalhamos a auto-estima, a socialização, despertamos o desejo pelo conhecimento, a pontualidade e a assiduidade. Além disso, falamos de sexo seguro, uso de

drogas e profissionalização. Fico feliz que, em um ano de aulas, nenhuma menina da vila tenha ficado grávida”.

### **2.3.7 Literatura e Artes Plásticas**

Em 2004, artistas da cidade se reuniram e criaram a Academia de Letras e Artes de Canavieiras. O objetivo é dar sustentação as artes através de eventos e exposições, ajudar os artistas locais a publicar livros e inseri-los no mercado, além de colocar a cidade no roteiro de exposições de artistas consagrados. A Academia deverá empossar 40 membros, entre poetas, escritores, artistas plásticos, músicos, educadores, historiadores, e profissionais liberais. Atualmente, 12 cadeiras já estão ocupadas. A instituição é apolítica e está sendo mantida por doações voluntárias.

A biblioteca de Canavieiras possui um acervo de seis mil livros e realiza uma média de quinze empréstimos por dia. Trezentas pessoas possuem carteirinhas e podem pegar até três livros emprestados, com prazo de devolução de sete dias. Todos os registros são efetuados em cadernos e fichas. A biblioteca não possui computadores. Para a funcionária Sandra Araújo, a maioria dos livros de pesquisa estão defasados. Por isso, além de renovar o acervo com novos livros, é preciso que a biblioteca adquira um computador com acesso à internet, para possibilitar a pesquisa escolar. Os livros de literatura também são poucos e antigos. “As pessoas vêm aqui e procuram livros que não temos. Quem gosta de ler já leu todos esses livros antigos e agora reclama, pois nunca temos novidades”, diz Sandra. Além dos problemas com o acervo, o prédio da biblioteca também precisa de reformas. A estudante Tiara Santana, reclama da estrutura da biblioteca: “tem alguns livros que não podem ser emprestados e a gente tem que pesquisar aqui. Mas não temos uma mesa decente para ficar e essas paredes úmidas causam alergia em muitos colegas”.

### **3. PROPOSTAS DE GESTÃO CULTURAL PARA A CIDADE**

É no âmbito municipal que as demandas da população se expressam de maneira mais visível, onde a cobrança e a pressão estão mais próximas do poder público. Por isso, esta é uma importante esfera de articulação das ações culturais. Em Canavieiras, é preciso construir alternativas para o desenvolvimento social e cultural do município, criando o costume de participação popular nas decisões culturais.

Como se trata de uma cidade turística, é preciso que a gestão cultural esteja integrada com o desenvolvimento econômico local, contribuindo para a geração de emprego e renda. As ações também deverão levar em consideração a situação social e financeira da população, que dificilmente pode pagar pelo acesso às atividades culturais, que deveriam ser garantidas pelo poder público. Além disso, a preocupação deve ir além das formas de expressão artísticas tradicionais, é preciso também resgatar as raízes culturais das comunidades.

#### **3.1 Formação de Agentes Culturais**

A produção cultural de Canavieiras se concentra nas atividades promovidas pela prefeitura. Nos diversos setores culturais da cidade, impera a visão paternalista de que o poder público deve fornecer todas as condições para que a cultura se realize. Nesta perspectiva, faltam iniciativas da sociedade civil que promovam o desenvolvimento cultural. Por outro lado, diante de tamanha necessidade de recursos, a prefeitura opta por uma política de eventos e pelo clientelismo, privilegiando as iniciativas que estejam, de alguma forma, ligadas ao poder municipal.

Acreditamos que seja necessário investir na formação e capacitação de agentes culturais. Deve-se acabar com a carência de informações sobre as possibilidades de trabalhar com atividades e programas culturais, evitando a dependência do poder público municipal. O treinamento deveria começar com o dirigente da cultura no município – o secretário de governo. Ele é o principal responsável pela formulação e execução da gestão de uma política cultural voltada para a cidadania cultural. Também é preciso treinar os funcionários do poder público envolvidos com a cultura, os agentes comunitários, os produtores culturais e os artistas locais.

Os agentes culturais devem compreender a cultura de forma alargada e entender o que são políticas culturais e qual é a sua importância social; conhecer a dinâmica da cidade e perceber as necessidades próprias de cada comunidade; entender que várias culturas (a popular, a de massa e a de elite) compõem e dividem espaços na cidade; conhecer as diferentes formas e linguagens artísticas; saber elaborar projetos culturais e captar recursos nas variadas esferas de governo e em instituições privadas; e realizar trabalhos através de novas parcerias.

Esta capacitação de agentes culturais em Canavieiras iria impulsionar práticas culturais, comerciais e democráticas, de forma a abrir um leque de opções para o fazer cultural. Pode também impulsionar a formação de redes e entidades culturais independentes. Na prefeitura, por exemplo, um funcionário poderia ficar responsável por buscar informações sobre projetos e programas de incentivo à cultura nos quais as iniciativas culturais do município, entre outras, pudessem participar. Além disso, integrantes de manifestações populares, de bandas de rock, fanfarras ou grupos de dança aprenderiam a gerir suas atividades, a buscar os próprios recursos e a criar formas de divulgar suas ações. Acreditamos que a realização de uma ampla capacitação no município teria um impacto positivo no desenvolvimento da cidadania, valorizando a participação da comunidade no fazer cultural, oferecendo aos cidadãos a possibilidade de ampliar seu horizonte cultural e intervir na sociedade.

### **3.2 Conselho Municipal de Cultura**

Além da capacitação de agentes culturais, propomos a instauração de um Conselho Municipal de Cultura, para colaborar na elaboração, execução e fiscalização das políticas culturais. O conselho deve ser formado por representantes do poder público e da sociedade civil. O

secretário da cultura poderá ser o presidente. O conselho também contará com a participação de funcionários das secretarias de cultura, educação e turismo; gestores de equipamentos culturais; representante do poder legislativo municipal e de entidades com representatividade na sociedade. As vagas podem ser abertas a qualquer pessoa do município que esteja interessada em participar do fazer cultural. A prefeitura deve divulgar a convocação para participação no conselho através de cartazes e carros de som, rodando pela cidade. Pode-se marcar um Encontro Municipal de Cultura, onde se eleja (através de voto direto dos presentes) os integrantes do conselho, que pode ter atribuições deliberativas (tomar decisões sobre recursos, prioridades, ações) ou consultivas (opinar acerca da gestão cultural).

O conselho deve abrigar comissões setoriais de artes – artes plásticas, arquitetura, cinema e vídeo, dança, folclore, fotografia, literatura, música e teatro. Cada membro do conselho pode participar de uma comissão, que também deverá contar com a participação de representantes de cada expressão artística. Assim, a produção cultural do município contará com o apoio e o fomento das comissões do conselho.

O principal foco desta estratégia é democratizar a cultura e combater o clientelismo e o uso dos recursos públicos para fins particulares das administrações públicas e de setores a eles associados. Além disso, o conselho será um ponto de referência para a produção cultural local, fomentando diversas iniciativas de todos os setores da sociedade. Uma lei municipal deve ser criada, garantindo a preservação do conselho, após o término da gestão municipal que o instituiu. Além disso, deve-se elaborar um regimento interno que permita que os todos membros do conselho tenham o mesmo peso na manifestação de opiniões e apresentação de propostas. As decisões do conselho devem ser divulgadas pela prefeitura no diário oficial do município, nos órgãos locais de comunicação (rádios e jornais).

### **3.3 Mapeamento Cultural**

Estando a comunidade convocada a fazer parte de um programa de ação cultural no município através do conselho, será preciso abrir o diálogo público sobre o fazer cultural, ouvindo quais as demandas da população. Deve-se, então, realizar um diagnóstico elaborado a partir de uma ampla pesquisa sobre a produção, as atividades e a dinâmica da cultura local, suas manifestações em pleno vigor e aquelas que perderam a vitalidade ou mesmo as extintas,

catalogando essas expressões culturais e as regiões e bairros da cidade onde se encontram. Além de descobrir quais as necessidades da população local, este trabalho irá revelar e estimular as iniciativas experimentais das comunidades e os artistas não consagrados.

Através do debate público e de consultas culturais à comunidade, a parceria entre a população, as instituições sociais e o poder público vai construir o que FARIA (2003) chamou de “esfera pública não-estatal da cultura”, um importante fator para o estabelecimento de políticas públicas de cidadania cultural.

### **3.4 Ação Cultural Descentralizada**

A descentralização é importante para que todos os cidadãos tenham acesso às atividades de formação, aos programas artísticos e às informações culturais, independente do bairro ou até mesmo do distrito em que resida. Assim, a gestão cultural deve prever a realização das atividades culturais por toda a cidade, ultrapassando os “templos culturais” tradicionais. Isso pode ser feito através da apropriação cultural dos espaços públicos, como escolas e praças. Também deve-se incentivar a participação das manifestações das comunidades e o intercâmbio de apresentações, programando a participação dessas expressões em outros bairros da cidade, e não apenas na comunidade em que está inserido. Os locais onde as ações vão acontecer podem ser definidos por critérios sócio-culturais e pela geografia do município. O mapeamento cultural também será útil para definir os bairros e as ações que devem ser prioritárias.

### **3.5 Gestão Integrada e Programas Intermunicipais**

A administração municipal deve definir em conjunto estratégias para as políticas sociais do governo. Por isso, é importante que a gestão cultural ultrapasse a secretaria de cultura e passe a agir de forma articulada com outras secretarias de governo e instituições públicas. Por exemplo, as ações que tenham como objetivo atingir a juventude, podem estar integradas com a secretaria de esportes e lazer ou com a secretaria de saúde. Já as ações ligadas ao fomento da produção cultural para gerar renda e emprego no município pode ser feita em parceria com a secretaria de turismo.

Uma outra iniciativa da gestão cultural que pode ser aplicada em Canavieiras e nos municípios da região cacauzeira é a instauração de Fóruns ou Consórcios Intermunicipais de Cultura. Alguns municípios vizinhos se uniriam para a realização de ações conjuntas, diminuindo os custos e ampliando o projeto e atraindo eventos para a região. A parceria também facilitaria a circulação da produção cultural de cada município, fomentando a produção local e o intercâmbio de informações.

### **3.6 Casa de Cultura do Município**

A implantação da Casa de Cultura no município pode ser um importante fator para o desenvolvimento cultural de Canavieiras. O espaço pode favorecer o acesso da população aos bens culturais do mercado artístico, além de dinamizar a promoção da cidadania. Para isso, a Casa de Cultura deve ser gerida de forma a favorecer as expressões culturais da população e promover atividades de formação, debate e promoção cultural, com foco no desenvolvimento da cidadania. Membros da sociedade civil podem participar do conselho gestor da casa, com reuniões do conselho abertas a participação de todos os cidadãos.

A Casa de Cultura de Canavieiras será instalada em um imóvel histórico, o que é uma forma de revitalização do patrimônio arquitetônico. No entanto, é preciso dar atenção ao fato de que a casa está situada em bairro nobre da cidade, criando programas que incentivem a frequência de toda a população e não apenas da elite escolarizada do município e dos turistas. A Casa de Cultura deve ser uma referência para a sociedade local, um espaço onde eles se sintam à vontade e sejam instigados a conhecer e aprender mais.

Uma opção é a criação de núcleos de produção, debate, e divulgação de experiências artísticas. Clubes de cinema, grupos de literatura, de música, etc. Esses núcleos podem promover a produção e organizar cursos e oficinas. A Casa de Cultura também deve ser um importante espaço para promover o resgate da memória e da história local através de debates, conferências ou exposições. O importante é que as ações promovidas pela Casa ultrapassem os efeitos artísticos e recreativos, mas que sejam ferramentas de construção de uma nova cultura política, baseada na participação de todos os cidadãos.

## CONCLUSÃO

Neste trabalho monográfico buscamos relacionar a fundamentação teórica à prática da gestão cultural, realizando um estudo de caso na cidade de Canavieiras, no sul da Bahia. Através da pesquisa de campo, procuramos ouvir representantes dos diversos setores da sociedade para entender as demandas da cultura local. Apresentamos os aspectos históricos, geográficos, econômicos e turísticos da cidade, que nos permitiram entender a dinâmica social do município.

Canavieiras é uma pequena cidade turística, que possui 35.135 mil habitantes. Passando por uma séria crise econômica, a cidade enfrenta o crescimento do desemprego. A escassez de recursos atinge também a cultura. O orçamento anual do município destinado à cultura é de 160 mil reais. Deste total, 84 mil reais são destinados ao pagamento do funcionalismo da secretaria. Os recursos que sobram, menos da metade do total, são gastos para cumprir o extenso calendário de festas tradicionais e religiosas organizadas pela prefeitura.

Além da falta de recursos, concluímos que a gestão da cultura em Canavieiras é afetada pela carência de profissionalização na administração. A equipe da secretaria de cultura, embora dedicada, não possui formação para atuar na captação de recursos e na gestão de instituições e atividades culturais. A prefeitura opta por uma política de eventos e pelo clientelismo, privilegiando as iniciativas que estejam, de alguma forma, ligadas ao poder municipal. A sociedade civil não participa dos processos de gestão da cultura. Impera, mesmo entre os artistas e produtores locais, uma visão paternalista, que acredita que o poder público deva ser o principal promotor da cultura.

A cidade não possui opções diversas em termos de equipamentos culturais para a população. Os equipamentos públicos se confundem com os atrativos turísticos do município: as praças, o sítio histórico e as belezas naturais. A cidade não possui teatro nem cinema. As ações da

secretaria de cultura estão voltadas para dois projetos em andamento: a criação de um museu e de uma casa de cultura. Entretanto, acreditamos que será preciso refletir de que forma esses espaços poderão contribuir para a inclusão sócio-cultural da população do município.

Os grupos populares e as expressões artísticas exercem um papel social importante numa cidade como Canavieiras, onde não existem alternativas de diversão e entretenimento para os jovens. Na pesquisa de campo, conversamos com representantes das manifestações culturais da cidade. A principal preocupação é a falta de recursos para financiar os grupos. Com um orçamento médio de 3.200 reais por apresentação, alguns grupos chegam a ficar até três anos sem se apresentar. Os representantes também reclamam da falta de um espaço para guardar instrumentos e figurino, o que poderia diminuir custos, e acreditam que a criação de uma Associação facilitaria a aquisição de recursos.

Depois de analisarmos a situação cultural de Canavieiras, chegamos a conclusão de que é preciso construir alternativas para o desenvolvimento social e cultural do município, criando o costume de participação popular nas decisões culturais. Como se trata de uma cidade turística, é preciso que a gestão cultural esteja integrada com o desenvolvimento econômico local, contribuindo para a geração de emprego e renda. Desta forma, apresentamos algumas propostas para uma gestão cultural que privilegie a participação popular. Entendemos que se faz necessário investir na formação e capacitação de agentes culturais: funcionários do poder público, agentes comunitários, produtores e artistas locais. Esta capacitação impulsionará práticas culturais, comerciais e democráticas, de forma a abrir um leque de opções para o fazer cultural.

Também propomos a instalação do Conselho de Cultura do Município. O principal foco desta estratégia é democratizar a cultura e combater o clientelismo. Outra proposta para a gestão municipal é realizar um diagnóstico baseado em uma ampla pesquisa sobre a produção, as atividades e a dinâmica da cultura local. Além de descobrir quais as necessidades da população, este trabalho irá revelar e estimular as iniciativas experimentais das comunidades e os artistas não consagrados.

A descentralização das ações culturais é importante para que todos os cidadãos tenham acesso às atividades de formação, aos programas artísticos e às informações culturais, independente do bairro ou até mesmo do distrito em que resida. Assim, a gestão cultural deve incentivar a participação da população nas atividades culturais e prever a realização de ações por toda a

cidade, ultrapassando os “templos culturais” tradicionais. Isso pode ser feito através da apropriação cultural dos espaços públicos, como escolas e praças. Além disso, consideramos importante que a cultura ultrapasse a secretaria municipal, destinada à administração da cultura, e passe a agir de forma articulada com outras esferas de governo e instituições públicas. Outra possibilidade para Canavieiras é a realização de parcerias com outros municípios da Região Cacaueira, através da instauração de Fóruns ou Consórcios Intermunicipais de Cultura.

Então, ao finalizar esta monografia, reafirmamos a necessidade de implantação de políticas públicas voltadas para a democracia cultural no âmbito municipal, que ultrapassem as ações pontuais e envolvam toda a comunidade na construção da esfera não-estatal da cultura.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Júlia. Por uma política cultural que garanta diversidade e acesso socioespacial. In BRANT, Leonardo (org). **Políticas Culturais**. Vol. 1. Barueri: Manole, 2003.

BAHIA – SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO. **Guia Cultural da Bahia: Litoral Sul**. Primeiro Mapeamento Cultural da Bahia. Vol. 07.

BALABAN, Maria Delith. **Os indicadores quantitativos da cultura**. Disponível em <http://www.minc.gov.br/textos/olhar/numeroscultura.htm>

BARBALHO, Alexandre. Por um conceito de política cultural. In: RUBIM, Linda (org.). **Organização e Produção da Cultura**. Salvador: EDUFBA; FACOM/CULT, 2005. p. 33-53

BOTELHO, Isaura. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública. **Espaço & Debates**. São Paulo: v.23, n. 43-44, p. 141-151. jan/dez 2003.

\_\_\_\_\_. Dimensões da cultura e políticas públicas. São Paulo: **Perspec.**, Apr./June 2001, vol.15, no.2, p.73-83.

BRANT, Leonardo. Diversidade Cultural e Desenvolvimento Social. In: BRANT, Leonardo (org). **Políticas Culturais**. Vol. 1. Barueri: Manole, 2003.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Políticas Culturales em América Latina**. México: Editora Grijalbo, 1987.

CESNIK, Fábio de Sá. Incentivo público à cultura. In BRANT, Leonardo (org). **Políticas Culturais**. Vol. 1. Barueri: Manole, 2003.

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. São Paulo: **Estudos Avançados 9 (23)**, 1995, P.71-84

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Editora Iluminuras, 1997.

\_\_\_\_\_. **O que é Ação Cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção Primeiros Passos; 216).

DURAND, José Carlos. Cultura como objeto de política pública. São Paulo: **Perspectiva**, abr./jun. 2001, vol.15, no.2, p.66-72.

\_\_\_\_\_. Profissionalizar a administração da cultura. São Paulo: **ERA – Revista de Administração de Empresas**. v. 36, n 2, p. 6-11. abr/maio/jun. 1996.

FARIA, Hamilton. Políticas públicas de cultura e desenvolvimento humano nas cidades. In: BRANT, Leonardo (org). **Políticas Culturais**. Vol. 1. Barueri: Manole, 2003.

FEIJÓ, Martin César. As políticas culturais da globalização. In: BRANT, Leonardo (org). **Políticas Culturais**. Vol. 1. Barueri: Manole, 2003.

FILHO, Durval. **100 anos de Canavieiras**. Canavieiras: Prefeitura Municipal de Canavieiras. Sec.. da Cultura. Governo do Centenário, 1991.

LABAKI, Aimar. Mercado e sociedade. In: BRANT, Leonardo (org). **Políticas Culturais**. Vol. 1. Barueri: Manole, 2003.

LEITÃO, Cláudia. A gestão estratégica e os novos significados da cultura do novo século. In: LEITÃO, Cláudia (org). **Gestão Cultural: significados e dilemas na contemporaneidade**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003. 270 p.

Machado, Mario Brockmann. **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo, Difel, 1984.

MAMBERTI, Sérgio. Por uma cultura democrática. In: BRANT, Leonardo (org). **Políticas Culturais**. Vol. 1. Barueri: Manole, 2003.

MICELI, Sérgio; GOUVEIA, Maria Alice. **Política cultural comparada**. Rio de Janeiro, Funarte, 1985.

MOISÉS, José Álvaro. **Os efeitos das leis de incentivo**. Disponível em: <http://www.minc.gov.br/textos/olhar/efeitosleis.htm>.

OLIVIERI, Cristiane Garcia. **Cultura neoliberal: leis de incentivo como políticas públicas de cultura**. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Dilemas para uma política cultural na contemporaneidade. In: LEITÃO, Cláudia (org). **Gestão Cultural: significados e dilemas na contemporaneidade**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003. 270 p.

#### **Websites:**

Artmarina – <http://www.artmarina.com.br>

Bahia (oficial) – <http://www.bahia.com.br/>

Bahia Invest - [http://www.bahiainvest.com.br/port/segmentos/agron\\_analise\\_aquicu](http://www.bahiainvest.com.br/port/segmentos/agron_analise_aquicu)

Canavieiras (oficial) - <http://www.canavieiras-ba.com.br/>

Faz Cultura - [www.fazcultura.ba.gov.br/](http://www.fazcultura.ba.gov.br/)

IBGE – [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

Secretaria de Cultura e Turismo - [www.sct.ba.gov.br](http://www.sct.ba.gov.br)

Revista Marketing Cultural - [www.marketingcultural.com.br/leis/](http://www.marketingcultural.com.br/leis/)

Agências de Viagens:

[www.costadocacau.com.br/stellamaris/servicos.htm](http://www.costadocacau.com.br/stellamaris/servicos.htm)

[www.gigabusca.com.br/Turismo/Viagem/](http://www.gigabusca.com.br/Turismo/Viagem/)

[turismobrasil.vilabol.uol.com.br/agencias](http://turismobrasil.vilabol.uol.com.br/agencias)

[www.portalterrabrasil.com.br/](http://www.portalterrabrasil.com.br/)